

**ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA
ADEP-BA**

Cidade do Salvador, Bahia, 25 de fevereiro de 2005

À Imprensa

Em assembléia geral extraordinária da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia – ADEP-BA, realizada nesta data, à **unanimidade**, a Classe dos Defensores Públicos optou pela paralisação dos trabalhos (atendimentos e audiências) por tempo indeterminado, no escopo de que o Poder Executivo sensibilize-se da situação vexatória porque passa a categoria, inclusive respeite a nossa Instituição que se encontra há mais de 30 dias acéfala, sem a indicação do Defensor Público Geral.

Ademais, como nossa luta busca também o fortalecimento Institucional, quaisquer medidas contrárias ao presente pleito se revelarão um desrespeito à Defensoria Pública, recentemente elevada à condição de autônoma, além de que expressará desprestígio ao Defensor Público, que ao longo dos anos vem, de forma sacerdotal, contribuindo para um acesso à justiça eficiente e digna aos hipossuficientes econômicos de nosso Estado.

Nesse passo, os Defensores Públicos, sensíveis à urgência que determinados casos possam ser revestidos, decidiram disponibilizar um grupo de profissionais para atender nas áreas cível e consumidor, particularmente nas ações cautelares, busca e apreensão de menores, justificação de execução de alimentos; no âmbito criminal, habeas corpus, fiança e interrupção de gravidez.

A pauta de reivindicações consiste em:

Rua Pedro Lessa s/n – Canela
Telefax (71) 336.2918
adeppba@hotmail.com
Salvador - Bahia

**ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA
ADEP-BA**

apreensão de menores, justificação de execução de alimentos; no âmbito criminal, habeas corpus, fiança e interrupção de gravidez.

A pauta de reivindicações consiste em:

1. nomeação imediata do Defensor Público-Geral, conforme obrigação contida na Constituição do Estado, Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Estadual 8.253/2002;
2. implementação da autonomia administrativa, financeira e orçamentária da Defensoria Pública;
3. subsídios à razão do sub-teto, conforme foi concedido aos membros da Magistratura e Ministério Público, carreiras que têm o mesmo tratamento constitucional dirigido à Defensoria Pública.
4. realização de concurso público para preencher as vagas de Defensor Público (quadro previsto: 460 Defensores. Quadro atual: apenas 97)
5. Condições de trabalho condignas para os Defensores Públicos, com espaço, equipamento e pessoal de apoio.
6. iniciativa no sentido de adaptar a Lei Estadual 8.253/2002 à realidade constitucional federal (Emendas 41/2003 e 45/2004), o mesmo se dando com a Carta Magna Baiana.

Na certeza de que contamos com a contribuição de Vossa Senhoria, no sentido de veicular os acontecimentos, circunstâncias e reivindicações acima colocadas, subscrevemo-nos,
Cordialmente.


Bela. Laura Fabíola Amaral Fagury
Presidente em exercício da
Associação dos Defensores Públicos da Bahia

Rua Pedro Lessa s/n – Canela
Telefax (71) 336.2918
adepba@hotmail.com
Salvador - Bahia

Ao Jornal do Sudoeste.
A/C: Lílian Symaia Lima Silva
Vitória da Conquista-Ba.

A Defensoria Pública entrou em greve no dia 28.02.05, por decisão da Assembleia realizada pela Associação dos Defensores Públicos em 25.02.05, que contou com a adesão de 100% dos Defensores Públicos da capital e interior. Quanto à pauta de reclamações e reivindicações, segue em anexo.

Atualmente o número de Defensores Públicos em exercício é de 97 para toda a Bahia, sendo que desses 97, 63 estão na capital e 34 no interior. Quanto ao número de atendimentos feitos pela Defensoria Pública, em 2003 foram realizados 532.000 (quinhentos e trinta e dois mil) atendimentos, havendo, para o ano de 2004, uma estimativa de 600.000 (seiscentos mil habitantes), não tendo número exato, porquanto ainda não foi feito o fechamento dos relatórios semestrais, o qual é apresentado pelos Defensores, segundo a Lei 8.253/02, no prazo de quinze dias após o retorno das férias, tendo-se, somente o número do primeiro trimestre de 2004, onde foram atendidos 150.000 (cento e cinquenta mil) assistidos.

A Defensoria Pública da Comarca de Vitória da Conquista conta com o número de três Defensores Públicos, para uma população de 270.364 habitantes, onde 70% dos processos judiciais são patrocinados pela Defensoria Pública; Brumado e Guanambi, com 1 Defensor Público para cada. Brumado tem 62.611 habitantes e Guanambi tem 73.019 habitantes e em ambas, também, cerca de 70% dos processos são patrocinados pela Defensoria Pública. Relativamente a Comarca de Itapetinga, infelizmente, não está provida, mantendo-se em aberta a vaga da Defensoria Pública, embora seja uma cidade de grande porte, que possui 58.868 habitantes.

Do início da paralisação até a presente data não houve qualquer manifestação do governo no sentido de negociar as reivindicações da classe, embora tenha nomeado a Defensora Pública Geral, Dra. Hélia Barbosa (única reivindicação atendida). Todavia, esta, até o momento, não procurou a Associação - Comando de Greve -, para tentar intermediar quaisquer negociações.

No mais, pedimos desculpas a V.Sa por não termos atendido a previsão de data e horário, em razão da realização da Assembleia, que terminou há pouco tempo, onde foi, por unanimidade deliberada a continuidade da paralisação.

Atenciosamente,

Laura Fabiola Fagury
Presidente em exercício da ADEP.

ADEP- Rua Pedro Lessa, s/n, Canela
Telefax (71) 336 2918
adepba@hotmail.com
Salvador-Ba.

Salários dos defensores baianos entre os piores

Governador manda mensagem afirmando que a autonomia será garantida

MARCONI DE SOUZA

A Defensoria Pública da Bahia ocupa a 19ª colocação no ranking que avaliou, em 2004, os índices de atendimento, eficiência e salários entre as demais instituições do País. Os dados são do Ministério da Justiça, através da Secretaria da Reforma do Judiciário. A pesquisa, denominada "Estudo e Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil", cobriu 22 estados.

A conclusão do Ministério da Justiça foi a de que "os Estados que menos investem nas defensorias públicas são os que apresentam os piores indicadores sociais e os que mais necessitam dos serviços dessas instituições". A Bahia só ficou na frente do Maranhão, Piauí e Amazonas na classificação geral. No que diz respeito aos salários, só superou os estados de Pernambuco, Tocantins, Minas Gerais e Paraíba.

Até mesmo os defensores públicos dos estados mais pobres do Nordeste, a exemplo de Alagoas, Sergipe e Piauí, recebem salários maiores que os respectivos colegas baianos. Em Alagoas, por exemplo, a remuneração final dos defensores é 30% maior, comparando-se com os baianos. Os mais bem pagos são os do Rio de Janeiro, que começam ganhando R\$ 6,3 mil e têm remuneração final de R\$ 11,3 mil (veja tabela).

PRIORIDADE – A questão salarial é, a partir de agora, a pau-



MARGARIDA NEIDE

Defensora pública geral ganha apoio da categoria

ta principal para que os 97 defensores públicos baianos encerrem a greve iniciada na última segunda-feira. A direção da Associação dos Defensores Públicos da Bahia esteve ontem na Secretaria de Justiça do Estado, para dar apoio à gestão da nova defensora pública geral, Hélia Barbosa, nomeada anteontem pelo governador Paulo Souto.

"Estamos aqui para apoiá-la, vamos abrir canais de negociações, mas a greve continua", afirmou Laura Fabíola Amaral Fagury, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia. A entidade recebeu apoio, ontem, do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia, que resolveu "apoiar, por unanimi-

dade, as reivindicações dos defensores públicos do Estado".

Em nota distribuída à imprensa, a OAB-BA afirmou que "espera que o governo do Estado seja sensível ao pleito dos defensores públicos, para que as carreiras jurídicas na Bahia tenham tratamento igualitário e compatível com as suas responsabilidades". Com esse apoio, o governo do Estado não poderá contar com a entidade para minimizar os efeitos da greve (ou seja, não terá advogados para acompanhar as ações em tramitação). Resumindo: terá que negociar a greve.

MENSAGEM – A defensora pública geral Hélia Barbosa disse que vai encontrar um consenso.

Ela pediu uma semana para "sondar" toda a situação. "O momento é difícil, mas me sinto encorajada. A estratégia é o diálogo, e eu serei o canal entre os defensores e o governador. No processo democrático deve-se buscar a unidade na diversidade, e nós vamos compor uma equipe para buscar uma fórmula", afirmou a defensora pública geral.

Ela disse que viaja hoje a Brasília para participar do seminário "Defensoria Pública Autônoma – Novos Rumos e Desafios", que vai discutir exatamente as alterações que essas instituições sofrerão em virtude da aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que conferiu autonomia administrativa, funcional, orçamentária e financeira. A partir dessa emenda, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro passado, os salários dos defensores públicos devem ser equiparados aos de promotores e juizes em todo o País.

Hélia Barbosa disse que acredita ser capaz de estabelecer bases de discussão salarial que resolva o impasse. "Estarei lidando com colegas, porque sou defensora pública, e portanto tenho o mesmo senso crítico e consciência da classe", comentou. Ela disse que o governador Paulo Souto enviou mensagem, ontem à tarde, afirmando que "a autonomia dos defensores públicos está assegurada". Hélia acredita que isso já é "meio-caminho" para a solução.

ENTENDA O CASO

■ Os defensores públicos da Bahia entraram em greve na última segunda-feira, elegendo quatro reivindicações prioritárias: nomeação do defensor público geral, equiparação salarial aos promotores e juizes, "instalações dignas" para o trabalho e concurso público para a categoria.

■ O governador Paulo Souto atendeu,

na quarta-feira, as duas reivindicações: nomeou Hélia Barbosa para dirigir o órgão e vai publicar edital de concurso público. A nova defensora pública geral vai negociar as outras duas reivindicações. A greve continua.

■ Os defensores argumentam que, além dos salários serem os mais baixos do País, "não dá para trabalhar sem,

cadeiras, sem computador, sem água, e até recebendo ameaças das pessoas que são atendidas". Cada defensor é responsável por atender mais de 50 pessoas por semana.

■ A Defensoria Pública é responsável pela assistência judiciária de 90% dos processos criminais e 70% das ações nas varas de família. A situação é tão

preocupante que os juizes das varas criminais de Salvador acreditam que, se o movimento prosseguir por muito tempo, alguns presos terão que ser soltos para responder em liberdade. Isso poderá ser argüido por "excesso de prazo", ou seja, tempo legalmente excedido pelo juiz para dar prosseguimento à ação.

Clipping**Cliente:** ADEP - Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia**Veículo:** Correio da Bahia**Data:** 14.06.05 (terça-feira)**Caderno:** Aqui Salvador**Coluna/página:** Pág. 03**DIREITO**

Defensores iniciam vigília pela autonomia

A Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adep) iniciou ontem, à tarde, uma vigília pela aprovação de um projeto de emenda constitucional (PEC) que tramita na Assembléia Legislativa da Bahia (ALB), pedindo a efetivação da autonomia administrativa, financeira e orçamentária do órgão no estado. Às 15h, a presidente da Adep, Tereza Ferreira, foi à Tribuna Popular da Câmara Municipal solicitar o apoio dos vereadores à PEC.

Pelo projeto, que está em poder da Comissão de Constituição e Justiça da ALB, a Defensoria Pública deixaria de ser vinculada à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) para ser ligada diretamente ao poder Executivo. Tereza explica que a intenção da PEC é dotar o órgão da mesma autonomia que possui o Ministério Público.

Tereza informa que, caso a PEC seja aprovada, a Defensoria Pública se tornaria uma pessoa jurídica própria, com orçamento voltado unicamente para manutenção e melhorias na estrutura do órgão, como acontece na maior parte dos estados brasileiros. Hoje, todos os recursos enviados à instituição passam pelas mãos da SJDH.

"Estamos ávidos para que isso (a aprovação) aconteça, pois receberíamos o oxigênio necessário para vitalizar a defensoria", declara. Para Tereza, somente a aprovação da PEC poderia tirar o órgão das dificuldades em que se encontra atualmente e lhe dar condições suficientes de realizar a tarefa para a qual foi criada: garantir o acesso das camadas mais carentes da população à Justiça.

De acordo com levantamento da Adep, a Bahia con-

ta com 97 defensores públicos, sendo que 63 deles atuam nas 180 unidades da Justiça em Salvador. Das 275 comarcas do interior, apenas 33 contam com defensores próprios. Os dados da Adep indicam ainda que o último concurso realizado para o órgão ocorreu há seis anos e que foram 73 aprovados. Houve convocação de 32, mas somente 12 foram efetivados no cargo. "O ideal é que tivéssemos 417 defensores, como prevê a Lei Orgânica do estado", informa Tereza.

Defensor público desde 1993, Érico Novais Penna atua basicamente na Vara de Família. Ele conta que realiza diariamente cerca de 50 procedimentos jurídicos, entre audiências, petições, atendimentos, pesquisas e consultas. "Se fosse metade desse número, já haveria sobrecarga", lamenta.

Penna afirma ainda que a Defensoria Pública na Bahia sofre também com a falta de estrutura apropriada, que inclui desde ausência de espaço físico, até a escassez de equipamentos de informática. "Não temos uma sala própria e chegamos a dividir a impressora com outros defensores. Realmente, não há condições de trabalho", reclama. "Só a autonomia poderia solucionar esses problemas", completa.

A Defensoria Pública na Bahia foi criada em 1984 na primeira iniciativa pioneira no país e os primeiros defensores vieram do Ministério Público. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o órgão passou a ser obrigatório na estrutura dos estados. Atualmente, a instituição responde por 80% dos processos que dão entrada na Vara de Família e 90% do volume da Vara Criminal.

Chefe da Defensoria visita AL

A defensora pública geral do estado, Hélia Barbosa, visitou ontem a Assembléia Legislativa, onde foi recebida pelo presidente da Casa, Clóvis Ferraz (PFL). Ela afirmou que a intenção da visita foi mostrar a importância de se dar um caráter de urgência na tramitação do projeto que assegura autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas, através da alteração dos arts. 105, 123, 144, 145 e 163 da Constituição Estadual, nos moldes da emenda 45 da Constituição Federal.

O projeto de emenda constitucional foi enviado à Assembléia Legislativa pelo governador Paulo Souto e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o deputado Luiz de Deus (PFL), que participou da reunião junto com o deputado Paulo Azi (PFL), líder governista.

Segundo Hélia Barbosa, com a aprovação da emenda, a Defensoria ganhará independência enquanto instituição, se desvinculará da Secretaria da Justiça, passando a ter autonomia, com capacidade para administrar os seus recursos e interesses de acordo com sua necessidade, sem estar concorrendo com outros órgãos.



Hélia Barbosa, Ferraz, Luiz de Deus e Azi falaram da emenda sobre a Defensoria Pública

A defensora explicou que está esperando a aprovação da emenda para que se faça também uma nova lei orgânica para o órgão, já que a atual precisará ser alterada e adequada à nova ordem constitucional. Ela ressaltou que está prevista a realização de um novo concurso públi-

co para o preenchimento de 50 vagas para defensores e é importante que os novos candidatos saibam que vão ingressar em uma instituição autônoma e com maiores garantias. Além disso, há um prazo para que as transformações na Defensoria sejam feitas a fim de que o órgão

possa utilizar o orçamento previsto para 2006.

Segundo a defensora geral, a Associação de Defensores Públicos da Bahia entende que deve haver algumas alterações no projeto, como a escolha do defensor geral através de lista tríplice, o que não está previsto no projeto original. "Vamos entrar em um consenso com a associação e esperamos que logo após haja um acordo entre as lideranças da Casa para que a emenda seja aprovada o mais rápido possível", afirmou.

Segundo Clóvis Ferraz, o trabalho do defensor público é indispensável para o bom funcionamento da Justiça, ao garantir o direito de acesso a todo cidadão que dela necessita e não possa pagar os honorários advocatícios. Segundo o presidente, a emenda será votada nos próximos 15 dias, desde que haja uma conformação entre o que está sendo sugerido como complemento ao projeto pelos deputados e pela associação dos defensores. Para que a emenda seja aceita, é necessário que ela seja aprovada por 3/5 dos deputados (38), havendo dois turnos de votação.

O primeiro jornal da Bahia na Internet

CORREIO DA BAHIA



Primeira Página
Aqui Salvador

Quarta-Feira, 16 de Março de 2005

Personalize seu Correio

Esportes
Folha da Bahia
Poder
Bazar
Correio Negócios
Discomania
Economia
Marrom
Parabólica
Repórter
Trabalho
TV
Veículos
Viajar
Índice Geral
Edições Anteriores
Assinatura
Expediente
Fale Conosco

Clube Correio

CLUBE
CORREIO

AQUI SALVADOR

Defensores públicos suspendem greve

Interrupção provisória da paralisação até sexta-feira ocorreu depois de reunião com defensora

Camila Vieira



Hélia Barbosa teve encontro com a representante da categoria, Tereza Cristina Almeida

Os defensores públicos retomam as atividades hoje, após 19 dias de paralisação. A suspensão provisória da greve até sexta-feira foi tomada ontem à tarde, na sede do órgão, no

Canela, depois de uma reunião entre a defensora pública geral Hélia Barbosa e a categoria. Na manhã de sexta-feira, os defensores voltam a se reunir com Hélia Barbosa e o governador Paulo Souto, no mesmo local, para dar início a discussão sobre o início da implementação da autonomia da classe e aprovação da proposta orçamentária.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adep-BA), Tereza Cristina Almeida, fez questão de ressaltar que, apesar da retomada temporária às atividades, a categoria está em estado de alerta, aguardando a posição definitiva do governo. "Estamos dando um voto de confiança à nova defensora pública. Assim ela estará mais fortalecida para argumentar com o governo. Esperamos que depois desse encontro de sexta-feira, tenhamos uma resposta positiva na construção do processo de autonomia dos defensores públicos", afirmou Tereza.

Hélia Barbosa agradeceu o apoio dos colegas e confessou que o voto de confiança da categoria nesse momento difícil a deixa muito feliz. "Me sinto motivada para defender a classe". A defensora alertou a população para a volta do funcionamento dos postos da Defensoria Pública, localizados na Universidade Federal da Bahia (Ufba), nas Faculdades Ruy Barbosa, Jorge Amado e Unime, Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da Liberdade e nos bairros de Narandiba e Mussurunga, além de atendimentos no Fórum Ruy Barbosa, na sede da defensoria e nos juizados de defesa do consumidor.

"Estamos de volta para prestar os serviços que a população precisa. Este é um momento de trégua para iniciarmos as negociações", avisou. Ela reconhece as limitações da categoria, mas assegura que as mudanças positivas tão solicitadas pelos defensores vão começar a acontecer. "Já conseguimos algumas e, pouco a pouco, chegaremos lá", assegurou Hélia.

Conquistas - Até agora foram atendidas três das reivindicações da categoria: a nomeação da nova defensora pública geral, Hélia Barbosa; a promessa da realização do concurso, no final deste semestre e o início da negociação para a implementação da autonomia. "Sabemos da importância do fortalecimento da instituição e junto com o governo do estado estaremos lutando por isso", garantiu Hélia.

Últim

- Acid 324
- Câmr Freii
- Honr cinq nasc Luís
- Soli não chuv
- Veja qual

Assi



Fóru

- Bab.

Em l

- Vítir pod: regi:

A Bahia tem hoje 97 defensores para atender 417 municípios. A defensora geral assume a carência de profissionais, mas ressalta que nos últimos dois anos se iniciou um trabalho mais intenso de fortalecimento da instituição. "A demanda de pessoas carentes necessitadas dos nossos serviços é cada vez maior. É necessário oferecermos garantias funcionais e isto vai ser dado à população dentro das limitações do governo do estado. Faremos o possível", finalizou a defensora geral.

Mais Aqui Salvador

- Anote
- Auxiliares de enfermagem fazem protesto em hospital
- Defensores públicos suspendem greve
- Hemoba completa 22 anos com déficit de bolsas de sangue
- Lanchonetes ignoram normas de higiene exigidas pela Anvisa
- População aprende a defender os seus direitos no dia do consumidor
- Problemas em postos aumentam a demanda do Hospital de Camaçari
- Programa reúne integrantes de projetos socioculturais
- Recusa do Vale-Vida frustra famílias de ex-moradores de rua
- Segurança/Acusado de latrocínio se entrega para não morrer
- Segurança/Caminhoneiro é morto em Camaçari
- Segurança/Capturado assaltante que matou motorista de ônibus
- Segurança/Identificados autores do assassinato de PM
- Segurança/PF apreende com foragido armas usadas no 'arrastão' em Camamu
- Segurança/Vigilante da Gerseg preso por assaltar farmácia
- Visita inusitada
- Vozes de metal

Cadernos de Domingo

Bazar

- Casulos
- Artesãs conquistam o mundo da moda
- Na cabeça
- Um brasileiro em Paris

Trabalho

- À beira de um ataque
- Apae lança cinco cursos de pós-graduação
- INDG abre trainee na área de gestão empresarial
- Espaço próprio

TV

- As mulheres vão à luta
- Em busca dos limites
- Voracidade máxima
- Deborah Secco

Repórter

- Babá Egum
- Olhar ancestral
- Desforra sobrenatural
- Fronteiras sutis

Cadernos Semanais

Viajar

- Pedaco da Europa na América Latina
- Palermo preserva tradição e cultura argentina
- Boemia e nostalgia no Rio Vermelho
- Beleza e mistério em São Desidério

Correio Negócios

- A força do sexo frágil
- Mercado reflete aumento da participação feminina
- Empresas investem em etiquetas inteligentes
- Licitação sem burocracia

Correio Autos

- Limpadores em ordem garantem bc debaixo d'água
- CG 125 Fan quer atrair novos moto
- Volks amplia oferta de carros bicorr
- Renault Scénic é equipado com mot

ESTE
ESPAÇO
É
SEU!

Tribuna da Bahia

O Jornal que faz a Diferença.

ASSINE A TRIBUNA Clique aqui

ANUNCIE AQUI! Este espaço é seu

TRIBUNA DA BAHIA O Jornal que faz a diferença

ASSIN

CANAIS

Cidade

Curiosidades

Economia

Esporte

Horóscopo

Lazer

Mundo

Municípios

Saúde

Polícia

Política

Propaganda

Roteiro

Turismo

SERVIÇOS

Conta de Luz - 2ª via

Conta de Água - 2ª via

Consulta de Veículos

C. de Telefone - 2ª via

INFORMAÇÕES

F@le Conosco

Contactos

Publicidade

Expediente

Mapa do Site

Home | Expediente | Links | E-mail

Terça-feira, 22 de Fevereiro de 2005

Tribuna da Bahia

Cidade

Defensor público suspende a greve para iniciar negociação

Os Defensores Públicos da Bahia resolveram suspender temporariamente a greve que durou 17 dias. O motivo da volta ao trabalho é resultado da decisão do governo do Estado de negociar as reivindicações da classe. Sexta-feira, às 11 horas, haverá uma reunião na Secretaria Estadual de Planejamento e às 17 horas os defensores irão analisar as propostas apresentadas em assembléia na sede da Defensoria, no Canela. As faixas que indicavam a paralisação foram retiradas, ontem, por volta das 15h30. "Consideramos esse ato um marco na nossa profissão já que nunca houve greve na defensoria. Estamos dando um voto de confiança à nossa colega, Hélia Barbosa, pela transparência nesse período de greve e humildade com que sempre somos recebidos por ela. Saímos fortalecidos deste processo com a classe mais unida. O sentimento de conquista é comum em todos", disse a vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Laura Amaral.

A defensora pública estadual, Hélia Barbosa, nomeada há 15 dias, como intermediária entre os defensores e o Estado acredita no sucesso das discussões. "A nossa intenção é não prejudicar o serviço que é oferecido à população. As reivindicações da Defensoria como a questão da autonomia financeira, orçamentária e administrativa fazem parte de um processo que depende de orçamento, planejamento e organização. Tudo isso demanda tempo para resolver. O governo já autorizou o concurso público que era um tópico importante e vamos discutir como atender os outros pontos. O importante é a vontade que temos de construir juntos", disse. "Dependendo da proposta de negociação iremos decidir os rumos da paralisação.

Após os 17 dias de paralisação deixamos de atender cerca de 2.500 pessoas por dia e de realizar 1700 audiências já que todo processo precisa da participação do defensor. Vamos continuar lutando por nossos direitos e atendimento adequado à população que nos procura", afirma a presidente da Associação dos Defensores, Tereza Cristina Almeida.

Petrobras diploma turma do novo Projeto Coostura

Quarenta e cinco mulheres de baixa renda, na faixa etária de 21 a 45 anos, do município de Catu, receberam diploma na sede do Cepe-Clube, durante o lançamento oficial da Cooperativa de Confecção Industrial de Catu (Coostura). Na solenidade, que contou com as presenças da prefeita de Catu, Gilcina Carvalho, da gerente executiva de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes, gerente geral da UN-Ba, Antônio Rivas, presidente e superintendente da Oceb - Organização das Cooperativas da Bahia, Orlando Colavolpe e Alderico Sena, além de familiares e representantes da comunidade, as cooperadas receberam certificados do Senai. O principal objetivo do Coostura é resgatar a auto-estima das mulheres, dando condições para que elas coloquem em funcionamento uma cooperativa de costureiras, através de cursos específicos e consultoria, oportunizando a sustentabilidade das ações e possibilitando a geração de renda e emprego. "Trata-se de um projeto não assistencialista que visa incentivar a valorização e inclusão das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho. Para que elas se transformem em verdadeiras cidadãs", afirma a

COL

Antôn

Empre

Ivan c

Janio

Tasso

Joliva

Janete

Marco

Miche

Jacqu

Raio L

Governo enfraquece defensoria pública

Governador Paulo Souto se omite e enfraquece defensoria pública da Bahia, única instituição a defender o homem pobre sem recursos para pagar advogados

O Governador Paulo Souto está se omitindo na questão dos defensores públicos da Bahia, paladinos da democracia, criadores de civilização, numa sociedade como a baiana, campeã de carências, de concentração de renda e de muita miséria, afirmou o deputado Emiliano José (PT) que, já nos dias 15 e 20 de dezembro de 2004, ocupava a tribuna da Assembleia Legislativa, para apoiar a luta da categoria por melhores salários e condições de trabalho.



Segundo o deputado, é difícil ao homem do povo contratar um advogado para ser defendido com a justiça que lhe é devida, e os defensores públicos são os que se dedicam a isso, ou seja, a atender e defender o povo, e vivem como vivem com os salários irrisórios. Há uma decisão de nível do Congresso que, de alguma forma, equipara os defensores públicos aos juízes e promotores, ou seja, ao Judiciário e ao Ministério Público. Mas o governador do Estado, Paulo Souto, lava as mãos e não atende às suas justas reivindicações

Justiça seja feita

Greve dos defensores penaliza a população com a falta de assistência jurídica

Jane Fernandes

Os milhares de baianos que dependem da defensoria pública para abrir seus processos jurídicos vão ter de esperar pelo fim da greve iniciada na manhã de ontem. Até segunda ordem, apenas as questões emergenciais serão atendidas pelos dez defensores que formarão a equipe de plantão. O que significa dizer que só irão além da sala de triagem os processos ligados a ações cautelares, *habeas corpus* ou fiança. Esse esquema serve apenas para a capital. As 34 comarcas do interior estarão completamente paralisadas até que a categoria consiga o atendimento às suas reivindicações.

Com um salário-base máximo de R\$1,4 mil, os defensores afirmam que não têm condições de manter a qualidade de suas vidas, nem de suas carreiras. Como o acréscimo de 130% que consta mensalmente no contracheque é fruto de uma gratifica-

ção, esses profissionais não têm qualquer espécie de garantia sobre a manutenção desse bônus. Baseados na reforma do Judiciário promovida pelo governo federal, eles reivindicam a equiparação salarial com a magistratura.

“Pedimos desculpas à população, mas após três anos de negociação não restou outra alternativa”, declarou a presidente em exercício da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia (Adep-BA), Laura Fabíola Fagury. A reportagem do *Correio da Bahia* procurou, diversas vezes, em vão, o secretário da Justiça, Sérgio Ferreira. De acordo com a Assessoria de Imprensa da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), ele passou a tarde em reuniões e por isso não pôde atender às ligações.

“Não adianta fazer concurso sem adequar os salários”, destaca Laura, lembrando que a contratação de novos defensores também faz parte da pauta do movimento. O quadro previsto para atender a Salvador

e mais 276 comarcas espalhadas pela Bahia é de 460 profissionais. O número real, no entanto, não chega aos cem. São 63 na capital e mais 34 no interior, ou seja 242 comarcas simplesmente não têm um profissional para fazer o atendimento jurídico da população sem dinheiro para pagar os honorários de um advogado.

“Na área de família, 70% dos processos são patrocinados pela defensoria e o percentual sobe para 90% na Justiça criminal”, enumera a ex-subdefensora Vitória Bandeira. Com um levantamento do go-

verno federal em mãos, ela revela que a Bahia é o 19º colocado num ranking que considera a demanda de atendimento por defensor e o número de comarcas atendidas. Pior que o nosso estado, apenas Maranhão, Piauí e Amazonas. Vitória está no centro de outra questão levantada por esses “advogados do povo”. O mandato dela e do defensor chefe terminou no dia 24 de janeiro e até agora não houve substituição.

A Secretaria de Justiça tanto pode reconduzir os antigos ocupantes de volta ao cargo

quanto pode nomear um dos nomes indicados na lista tríplice enviada pela categoria, porém até o momento nenhuma ação foi definida. “Não temos quem autorize sequer a compra de água”, denuncia Laura, esperando a resolução do impasse. O acúmulo de trabalho, queixa freqüente dos defensores, que em Salvador assumem, normalmente, mais de uma unidade judiciária, é ainda mais grave no interior. Além de mais da metade da população não ter acesso a essa assistência gratuita, um único defensor tem de atender a

grandes populações.

É o que acontece com Marcus Vinícius Almeida. Defensor público da comarca de Sobradinha, ele atende a uma população de 180 mil pessoas distribuídas no município e de mais quatro cidades vizinhas. Os casos mais freqüentes estão relacionados a divórcio, pensão alimentícia e outras questões de família. A cada semana, 25 novos processos são abertos e quase 50 mil estão em tramitação, informou o profissional que já não sabe como fazer para atender aos cinco municípios.



TEMPO PRESENTE

tempopresente@atarde.com.br

11.03.05

Defensora "passa mal" e greve continua

A advogada Hélia Barbosa, defensora pública geral da Bahia, não compareceu ontem à reunião que teria com a classe de defensores para negociar o fim da greve, que já dura 12 dias. Ela alegou que "estava passando mal" e pediu para que o encontro fosse adiado. Ainda não foi marcada uma nova data. A reunião teria como principal tema a contraproposta salarial do governo do Estado para com os grevistas.

Na última terça-feira, a direção da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, que lidera o movimento, apresentou sua proposta: equiparação salarial com promotores e juízes, como determina a Constituição Federal. Outros Estados brasileiros já estão implementando a equiparação. Hélia Barbosa, que faz o intercâmbio entre grevistas e o governo, deve se reunir em breve com a direção da associação.

Hoje, os defensores públicos realizam assembléia geral para decidir pela manutenção da paralisação. O movimento conta com o apoio da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia (OAB-BA).

Defensor público pára Justiça

Greve interrompe processos de interesse de milhares de pessoas de baixa renda; servidores dizem que instituição está a

MARCONI DE SOUZA

Pelo menos 90% dos processos criminais da capital baiana ficarão paralisados com a greve por tempo indeterminado deflagrada ontem pelos 97 defensores públicos da Bahia. E mais de 70% das ações das Varas de Família e 40% das Varas Cíveis também estarão sem acompanhamento dos defensores. É a primeira greve feita pela Defensoria Pública na Bahia, desde sua criação em 1985.

Só para se ter uma idéia do prejuízo na prestação jurisdicional, os defensores públicos atenderam mais de 150 mil pessoas nos últimos três meses de 2004. E pelo menos um quarto desses atendimentos resultará numa ação judicial. Os defensores públicos acompanham as ações de pessoas carentes (que não podem pagar a um advogado).

“Vai ficar um caos com a greve”, avisa Laura Fabíola Amaral Fagury, presidente em exercício da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, que divulgou os dados sobre a



FOTOS: EDU

estão se dando conta do que vai acontecer", mandando fazer um comunicado explícito ao governador Paulo Souto (para os grevistas) e o responsável direto pela paralisação).

O motivo da greve é justo: vai haver a inexistência de um chefe de instituição até a falta de salário, açúcar, café, segurança, dignidade, enfim, uma lista de reivindicações que precisa ser atendida com urgência. A greve do defensor público é "a exigência número um da classe, como destaca a Laura Fabíola. O cargo está vago há mais de 15 de janeiro.

PROTESTO - O governador recebe uma lista tríplice com os nomes dos não-colhidos pela categoria, mas não nomeou nenhum até agora. "Estamos há mais de um mês sem chefe. E sem chefe a greve não decide nada", diz, acrescentando que a instituição está em um rumo. A segunda "exigência" para a greve acabar é a implementação da autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública da Bahia.

A Emenda 45 da Constituição Federal, promulgada em dezembro passado, deu essa autonomia a todas as defensorias do País. Mas na Bahia ainda não foi implementada. Resultado: os defensores públicos estão com salários bem abaixo do que deveriam estar recebendo. Eles ganham inicialmente R\$ 1 mil (mais gratificação), embora devêssem ter o mesmo salário de promotores e juizes em início de carreira.

Laura Fabíola diz que a terceira exigência é por "instalações dignas", visto que "não dá para trabalhar sem cadeiras, sem computador, sem água, e até recebendo ameaças das pessoas que são atendidas". Outra exigência da categoria é a reali-

zação de concurso público para 120 novos defensores. Dos 97 defensores públicos em atividade, 63 estão na capital e 34 cobrem outros 41 municípios. Cada defensor atende na capital um mínimo de 50 pessoas por semana.

Uma nova assembleia será realizada na próxima sexta-feira para ratificar a paralisação. Laura Fabíola informa, porém, que a greve não compromete os serviços essenciais e urgentes, visto que dez defensores públicos estão de plantão para resolver casos de *habeas corpus*, busca e apreensão de menor, medidas cautelares (liminares) e justificação de execução de alimentos (urgência no pagamento de pensão).

Advogados parados por tempo indeterminado fazem pose oficial do movimento em frente à sede do órgão, no bairro do Canela



Durante todo o dia, reivindicação foi exposta à população por meio de faixas

Estagiários confirmam descaso

Uma estudante do 10º semestre de Direito na Ucsal, é uma das que confirmam o descaso do governo do Estado com a Defensoria Pública. "Temos uma grande quantidade de pessoas carentes de infra-estrutura deficiente: falta de computador, falta pessoal, falta de ônibus". A situação chega a ser tão grave que se não fosse trágica, como aconteceu com Aras, estagiária e estudante do 9º semestre de Direito da

Unime. "Aqui eu bebo água, quando tem, num copinho de café. Nosso estágio é um ato de solidariedade com essa gente", afirma. Para Thaís Lustosa, estudante de 6º semestre da Ucsal, e que também faz estágio sem receber nenhum salário na instituição, o maior problema é ir resolver as questões judiciais. "Vou de carona ou pago o ônibus do meu bolso. O pior é disputar sala para trabalhar com os colegas", comenta. (M.S.)

Orçamento sem valor estipulado

A Assembleia Legislativa da Bahia reservou orçamento exclusivo para a Defensoria Pública, após muita pressão da categoria, no final do ano passado. Mas não estipulou o valor, ficando a decisão para o governador Paulo Souto.

A autonomia orçamentária e administrativa fará com que os defensores públicos passem a rece-

ber os mesmos salários de juizes e promotores baianos em início de carreira, que é de R\$ 11 mil.

DESPROPORÇÃO - Nenhum defensor público ganha, atualmente, mais do que R\$ 3 mil líquidos (mesmo com vários anos de carreira), embora trabalhem tanto quanto os juizes e promotores. "Acho que nós

trabalhamos até mais que eles, porque temos uma desproporção ainda maior entre demanda e funcionários", compara Laura Fabíola Amaral Fagury, presidente em exercício da Associação dos Defensores Públicos da Bahia.

Ela diz que somente nas varas criminais vai dar para perceber a importância da greve

em curso. De cada dez processos em tramitação, nove são acompanhados por defensores públicos (os crimes envolvem, em geral, pessoas de baixa renda, seja como autor ou réu). As varas criminais funcionam no Fórum Carlos Souto (leva o nome do pai do governador Paulo Souto), ao lado do Fórum Ruy Barbosa. (M.S.)

Salários dos defensores 04.03.05 baianos entre os piores

Governador manda mensagem afirmando que a autonomia será garantida

MARCONI DE SOUZA

A Defensoria Pública da Bahia ocupa a 19ª colocação no ranking que avaliou, em 2004, os índices de atendimento, eficiência e salários entre as demais instituições do País. Os dados são do Ministério da Justiça, através da Secretaria da Reforma do Judiciário. A pesquisa, denominada "Estudo e Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil", cobriu 22 estados.

A conclusão do Ministério da Justiça foi a de que "os Estados que menos investem nas defensorias públicas são os que apresentam os piores indicadores sociais e os que mais necessitam dos serviços dessas instituições". A Bahia só ficou na frente do Maranhão, Piauí e Amazonas na classificação geral. No que diz respeito aos salários, só superou os estados de Pernambuco, Tocantins, Minas Gerais e Paraíba.

Até mesmo os defensores públicos dos estados mais pobres do Nordeste, a exemplo de Alagoas, Sergipe e Piauí, recebem salários maiores que os respectivos colegas baianos. Em Alagoas, por exemplo, a remuneração final dos defensores é 30% maior, comparando-se com os baianos. Os mais bem pagos são os do Rio de Janeiro, que começam ganhando R\$ 6,3 mil e têm remuneração final de R\$ 11,3 mil (veja tabela).

PRIORIDADE – A questão salarial é, a partir de agora, a pau-



MARGARIDA NEIDE

Defensora pública geral ganha apoio da categoria

ta principal para que os 97 defensores públicos baianos encerrem a greve iniciada na última segunda-feira. A direção da Associação dos Defensores Públicos da Bahia esteve ontem na Secretaria de Justiça do Estado, para dar apoio à gestão da nova defensora pública geral, Hélia Barbosa, nomeada anteontem pelo governador Paulo Souto.

"Estamos aqui para apoiá-la, vamos abrir canais de negociações, mas a greve continua", afirmou Laura Fabíola Amaral Fagury, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia. A entidade recebeu apoio, ontem, do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia, que resolveu "apoiar, por unanimi-

dade, as reivindicações dos defensores públicos do Estado".

Em nota distribuída à imprensa, a OAB-BA afirmou que "espera que o governo do Estado seja sensível ao pleito dos defensores públicos, para que as carreiras jurídicas na Bahia tenham tratamento igualitário e compatível com as suas responsabilidades". Com esse apoio, o governo do Estado não poderá contar com a entidade para minimizar os efeitos da greve (ou seja, não terá advogados para acompanhar as ações em tramitação). Resumindo: terá que negociar a greve.

MENSAGEM – A defensora pública geral Hélia Barbosa disse que vai encontrar um consenso.

Ela pediu uma semana para "sondar" toda a situação. "O momento é difícil, mas me sinto encorajada. A estratégia é o diálogo, e eu serei o canal entre os defensores e o governador. No processo democrático deve-se buscar a unidade na diversidade, e nós vamos compor uma equipe para buscar uma fórmula", afirmou a defensora pública geral.

Ela disse que viaja hoje a Brasília para participar do seminário "Defensoria Pública Autônoma – Novos Rumos e Desafios", que vai discutir exatamente as alterações que essas instituições sofrerão em virtude da aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que conferiu autonomia administrativa, funcional, orçamentária e financeira. A partir dessa emenda, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro passado, os salários dos defensores públicos devem ser equiparados aos de promotores e juizes em todo o País.

Hélia Barbosa disse que acredita ser capaz de estabelecer bases de discussão salarial que resolva o impasse. "Estarei lidando com colegas, porque sou defensora pública, e portanto tenho o mesmo senso crítico e consciência da classe", comentou. Ela disse que o governador Paulo Souto enviou mensagem, ontem à tarde, afirmando que "a autonomia dos defensores públicos está assegurada". Hélia acredita que isso já é "meio-caminho" para a solução.

dos defensores públicos

Indicada espera manter clima amigável com a categoria que está em greve

REGINA BOCHICCHIO

Pelo menos dois dos itens prioritários da pauta de reivindicações dos defensores públicos, em greve desde o início da semana, foram atendidos. O principal deles é a nomeação da advogada Hélia Barbosa como defensora pública geral. Ela foi apresentada, no início da tarde de ontem, pelo secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado, Sérgio Ferreira. O outro item foi a garantia da abertura de um concurso público para a contratação de 50 defensores, o que deverá acontecer até meados deste ano, segundo o secretário.

A posse de Hélia Barbosa no novo cargo está prevista para hoje, às 15 horas, no gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (Centro Administrativo/CAB). A nomeação de um chefe na Defensoria Pública do Estado era a exigência mais premente da categoria, pois o cargo estava vago desde o dia 15 de janeiro deste ano.

A nomeação de Hélia Barbosa não dá a certeza do término

da greve, embora a nova defensora geral esteja apostando no término do movimento grevista a partir do diálogo, da transparência no processo de negociação e, principalmente, da compreensão dos colegas. Hélia Barbosa disse que recebeu um telefonema de representantes da Associação dos Defensores Públicos da Bahia lhe dando as boas-vindas. Ela acredita num "clima amigável".

Até que os defensores voltem ao trabalho, porém, a população conta com apenas cinco profissionais que atendem, na sede do Canela, casos considerados urgentes. Para se ter uma idéia do prejuízo que a paralisação da categoria causa à população que necessita desses serviços, vale ressaltar que os defensores públicos atenderam mais de 150 mil pessoas somente nos últimos três meses do ano passado. Pelo menos 90% dos processos criminais da capital estão paralisados. É a primeira greve feita pela Defensoria Pública na Bahia, desde a sua criação, em 1985.



FERNANDO AMORIM

Advogada teve destaque na atuação à frente do Cedeca

“Autonomia é um processo que se constrói aos poucos”

Tanto a indicada para o cargo de defensora pública geral quanto o secretário Sérgio Ferreira foram evasivos ao tratarem do assunto da revisão salarial da categoria. Os defensores públicos crêem que o reajuste de salário seja possível a partir da implementação da autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública da Bahia, condição que consideram imprescindível para o término da greve. “A autonomia é um processo que se constrói aos poucos, por isso ainda é precoce garantir uma data para isso”, disse Hélia.

Por este motivo, a advogada crê no diálogo com os defensores grevistas para que os serviços sejam retomados o mais rápido possível. A Emenda 45 da

conta da reforma do Judiciário, prevê essa autonomia, mas a Bahia é um dos Estados nos quais ela ainda não foi implementada.

“Não vejo diretamente a possibilidade de dizer que o subsídio que eles exigem será garantido. Mas é nossa meta alcançar um aumento significativo no salário dos defensores. Um aumento salarial que o governo do Estado possa pagar”, disse o secretário. Ele lembrou ainda que os defensores públicos receberam, ano passado, 15% de reajuste salarial, enquanto que outras categorias de servidores públicos ficaram com 5% de aumento. Mas não descartou novo aumento salarial para a categoria durante o ano.

A autonomia orçamentária

lários equivalentes aos de juízes e promotores em início de carreira: cerca de R\$ 11 mil. É previsto em lei. Hoje, nenhum defensor público ganha mais de R\$ 3 mil líquidos; muitos ganham metade disso.

A abertura de 50 novas vagas para defensoria pública estadual, cujo edital deverá ser lançado até o meio do ano, poderá diminuir o déficit de profissionais que atuam na área. Segundo o secretário, hoje, o ideal seria que estivessem atuando na Defensoria Pública, em todo o Estado, 430 defensores, mas somente 103 estão na ativa (segundo a Associação dos Defensores, trabalham 97 defensores). Na pauta de reivindicações, os

defensores pedem a contratação de 120 novos profissionais.

PERFIL – A advogada Hélia Barbosa ocupou, desde o início do atual governo estadual, o cargo de superintendente de Direitos Humanos, na superintendência imediatamente criada antes de sua nomeação. Coordenou conferências na área de direitos humanos, direitos da mulher e dos afrodescendentes. Durante vários anos, Hélia Barbosa esteve à frente do Centro da Criança e do Adolescente Yves de Rousan (Cedeca), onde realizou trabalho considerado como de excelência em defesa dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Categoria acaba greve para negociar

MARCONI DE SOUZA

A Associação dos Defensores Públicos da Bahia decidiu ontem pelo fim da greve da categoria, iniciada no dia 28 de fevereiro, para negociar com o governo a equiparação salarial ao dos promotores e juizes. A suspensão da greve não é definitiva, ou seja, a paralisação pode voltar se as negociações não progredirem com o governador Paulo Souto.

– Estamos dando um voto de confiança à defensora-geral Hélia Barbosa, que vem revelando humildade e capacidade de dialogar conosco e com o governo – afirmou Laura Fabíola Amaral Fagury, vice-presidente da Associação dos Defensores Pú-

blicos da Bahia. A Emenda 45 da Constituição Federal, que entrou em vigor em dezembro, determina a equiparação salarial de defensores com promotores e juizes.

O movimento grevista revelou-se coeso e, como ressalta Laura Fabíola, “voltará, caso as reivindicações não sejam atendidas”. O governador Paulo Souto colocou o retorno ao trabalho como condição prioritária para atender às reivindicações. Uma comissão formada pelos secretários de Justiça, Sérgio Ferreira, e de Planejamento, Armando Avena, com os líderes da Defensoria Pública vai elaborar a implantação da autonomia orçamentária e financeira do órgão.

PLANEJAMENTO – A primeira reunião acontece nesta sexta-feira. “Não sei se dessa reunião já irão sair números sobre salários. Mas vamos começar o planejamento da autonomia, e isso é uma garantia”, disse Hélia Barbosa, defensora pública geral. Nomeada no dia 2 de março para o cargo, Hélia tinha como primeira missão negociar com os grevistas o fim da paralisação.

– A greve mostrou que os defensores têm força, até porque várias audiências importantes foram adiadas na Justiça. Foi a primeira vez que se viu isso (greve da categoria), mas eu também senti que eles estavam ávidos para trabalhar – comentou.

Os defensores públicos reali-

zam uma nova assembléia na próxima sexta-feira, às 16 horas, para decidir qual posicionamento vão adotar após a primeira reunião que terão com os secretários de Planejamento e de Justiça. Eles não querem, por exemplo, que esse tipo de reunião seja adiada, como ocorreu, recentemente, com outros encontros marcados. Laura Fabíola, vice-presidente da Associação, avisa: “Nós demos um voto de confiança. Precisamos de reciprocidade para saber se manteremos esse voto”.

A Defensoria Pública da Bahia é responsável pela assistência judiciária de 90% dos processos criminais e 70% das ações nas Varas de Família.

14.03.05

Greve paralisa 5 mil processos no fórum

ALEAN RODRIGUES

DA SUCURSAL - Mais de 5 mil processos estão parados no Fórum Desembargador Filinto Bastos devido à greve dos defensores públicos, que completa 14 dias. A paralisação vem causando vários prejuízos à comunidade, pois além da suspensão do atendimento a pessoas carentes, eles não estão participando das audiências nos processos de autoria própria.

A greve começou no dia 28 de fevereiro devido ao não cumprimento, por parte do governo estadual, de uma norma constitucional promulgada em dezembro de 2004 pelo presidente da República. A lei estabelece que os defensores públicos passam a ter autonomia orçamentária, financeira e administrativa. Pela falta de pagamento do duodécimo, como é chamada a verba, é que decidiram entrar em greve.

INSUFICIENTE - De acordo com a defensora Sandra Falcão, a situação da Defensoria Pública em Feira de Santana não é das melhores, uma vez que apenas duas defensoras atendem 16 varas e dois juizados. Antes eram três, mas o advogado Joildo Costa faleceu há poucos meses.

“Duas pessoas para atender to-

da a comarca não são suficientes, pois além de acompanharmos mais de 10 mil processos, ainda temos que prestar atendimento inicial”, afirma Sandra Falcão, acrescentando que 90% dos processos da área criminal são acompanhados pela Defensoria.

A Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adep-BA) encaminhou aos juízes de todas as comarcas pedidos para que não nomeassem advogados dativos ou substitutos para atuarem como defensores. Em feira de Santana os juízes, segundo Sandra Falcão, estão colaborando e atenderam a solicitação.

CARENTES - A Defensoria Pública é responsável por grande parte dos procedimentos envolvendo menores. Além de realizar atendimentos emergenciais como busca e apreensão de menores, habeas-corpus, pedidos de livramento condicional e de relaxamento de prisão. Estes serviços estão sendo mantidos, de acordo com Sandra Falcão.

Ela informou ainda que centenas de pessoas carentes buscam a Defensoria para ajuizar ações relacionadas às varas de Família. Neste caso, as ações mais comuns são as de alimentação, investigação de paternidade e tutelas.

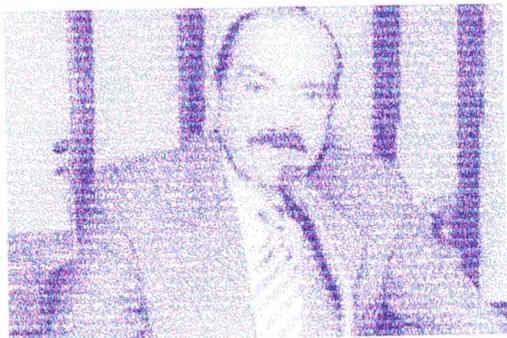
justamente essa independência, frisa, que os Estados Unidos não aceitam, "pois para os norte-americanos tudo que não pertence aos Estados Unidos pertence à humanidade – e as nossas reservas de energia (petróleo) são ambicionadas".

TERREMOTO

Clóvis Ferraz indagou sobre os efeitos do recente terremoto e sobre o socorro às vítimas, solidarizando-se com o povo iraniano pelo desastre natural. Depois de responder, Jafar Hashemi lembrou que abalos sísmicos são frequentes em sua terra, localizada numa "zona de instabilidade tectônica" que favorece os tremores. Geólogo e professor da Ufba, Ferraz discorreu sobre o fenômeno, mas observando que a "instabilidade que gera os dolorosos desastres é a mesma, geologicamente falando, que permite a acumulação de petróleo naquela região". Lembrou que a "estável e imensa bacia amazônica, tão bela e importante em termos de ecologia e meio ambiente, por conta da estabilidade impede a acumulação do óleo".

A conversa ficou ainda mais descontraída quando o presidente da Assembléia apresentou aos visitantes Gerson de Deus, chamando-o de "Gerson de Alá". Depois do trocadilho, eles chegaram a identificar traços egípcios no deputado do PFL, que, junto com os demais presentes, participou da conversa, sempre sugerindo possibilidades de negócios entre a Bahia e o Irã, em especial na área turística e da comercialização de frutas.

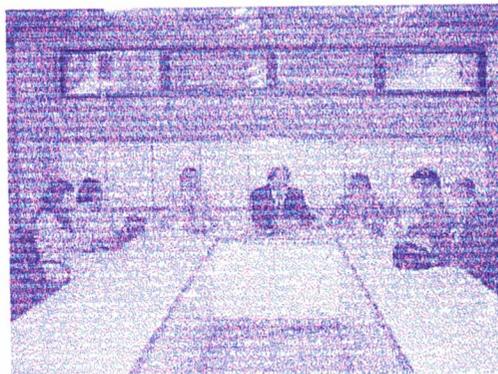
Deputado saúda 20 anos da TV Bahia



Vespasiano ressalta os serviços prestados pela emissora ao festejar hoje seu aniversário

Por iniciativa do deputado Vespasiano Santos, do PFL, a Assembléia Legislativa associou-se às comemorações pela passagem, hoje, do 20º aniversário da TV Bahia. Assinada por vários outros parlamentares governistas, a moção de congratulações encaminhada por Vespasiano começa por lembrar que a TV Bahia, abençoada

Defensores públicos apresentam reivindicações em reunião na AL



Representantes dos defensores debatem com os deputados na Comissão do Trabalho

A Comissão de Relações do Trabalho e Emprego recebeu, no final da manhã de ontem, cinco representantes dos defensores públicos que estão em greve por melhores condições de trabalho e pela equiparação salarial com outras categorias da Justiça, como promotores e juizes. Recebidos pelo deputado Javier Alfaya (PCdoB), presidente do colegiado, os defensores relataram as dificuldades enfrentadas para garantir o acesso à Justiça da população mais carente do estado. E voltaram a defender a autonomia administrativa da Defensoria Pública, já aprovada pela Assembléia Legislativa.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Tereza Ferrari, defendeu que o órgão tenha a mesma estrutura do Ministério Público. Ela lembrou que apesar de a autonomia já ter sido aprovada pela AL, ainda não foi colocada em prática pelo governo do estado. "Agora, a lei precisa ser cumprida para que a Defensoria receba o mesmo tratamento do MP e da magistratura", disse.

Segundo ela, foi a impossibilidade de diálogo com o governo que levou a categoria a iniciar a primeira greve depois de 20 anos da criação do órgão. Tereza criticou ainda a demora para a nomeação do novo defensor geral, o que acabou sendo concretizado. "As pessoas que não têm recursos precisam de assistência jurídica forte e não estar do lado de alguém enfraquecido junto ao Poder Executivo", argumentou ela.

pelo então cardeal arcebispo Primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, foi ao ar pela primeira vez no dia 10 de março de 1985, integrando o complexo de comunicações denominado Rede Bahia, levando ao ar seu Jornal da Manhã, o mais assistido noticiário de Salvador e do estado.

Durante toda a sua existência, conforme assinalado na moção, a emissora "vem investindo em equipamento e tecnologia, sempre procurando servir à Bahia da melhor forma possível". O seu sinal chega a quase 230 municípios, atingindo um público de aproximadamente 6 milhões de telespectadores. Entre os seus feitos – dizem os assinantes da moção – estão o registro do fim da guerra de Angola e a liderança de audiência entre todos os telejornais do estado, além de ser a primeira, no país, a receber e transmitir sinal para suas filiais através de fibra ótica.

"Comandada pelo empresário Antonio Carlos Magalhães Júnior, presidente da Rede Bahia, a emissora penetra no cotidiano baiano com suas manifestações coletivas de difusão da nossa educação e cultura", diz Vespasiano, acrescentando que graças à evolução tecnológica que vem imprimindo durante toda a sua existência, a emissora mantém uma ligação simultânea com suas cinco retransmissoras (TV Oeste, TV Santa Cruz, TV São Francisco, TV Subaé e TV Sudoeste), permitindo transmissões ao vivo a qualquer tempo.

Vespasiano Santos e os demais parlamentares que assinam a moção assinalam que a TV Bahia se destaca de suas concorrentes pelo seu espírito de baianidade e pela vontade de sempre servir ao povo em geral e aos seus telespectadores em particular. Eles concluem afirmando que pelo que representa para o seu estado e seu povo, a emissora, quando completa seus 20 anos de existência, "merece desta Casa o registro em seus anais da presente moção, parabenizando seu presidente, diretores, gerentes, comentaristas, jornalistas, apresentadores e funcionários".



Jurandy, Targino, Bonfim e Muniz acertam audiência para a próxima quarta-feira

Comissão fará

Dados apresentados por Javier Alfaya no encontro de ontem mostram que a Defensoria Pública da Bahia tem o pior índice do país em orçamento executado, levando-se em consideração o tamanho da população total do estado. Enquanto o Mato Grosso do Sul possui um índice de 15,71% do orçamento executado em relação ao tamanho da população, a Bahia tem 0,02%, ficando em último no ranking do país.

Para o presidente da Comissão do Trabalho, não se trata de uma luta corporativa. "Quanto mais demandas sociais existirem mais a instituição da Defensoria Pública será exigida", argumentou. Ele destacou que, antes de tudo, a Defensoria é uma instituição que presta um serviço "imprescindível e insubstituível" para o segmento mais carente da população. Por isso, continuou Javier, cabe ao governo do estado valorizar a Defensoria Pública e não optar por caminhos da terceirização dos serviços ou da realização de convênios.

Presente à reunião, o deputado Waldenor Pereira (PT) considerou a Defensoria um elemento fundamental para a defesa dos direitos dos cidadãos, "especialmente num estado detentor dos piores indicadores sociais do Brasil". Ele apontou a carência de estrutura para o funcionamento pleno da Defensoria e salientou os baixos salários recebidos pelos defensores e pelos outros servidores vinculados ao órgão. Waldenor defendeu um maior aporte de recursos para que a "Defensoria tenha uma estrutura forte e um quadro de defensores motivados que possam atender ao interesse da maioria da população".

No final do encontro, Javier Alfaya informou aos defensores que a Comissão do Trabalho vai realizar, provavelmente na primeira quinzena de abril, um seminário para discutir a questão salarial dos servidores públicos do estado. Ele disse esperar contar com a participação da categoria. Já a presidente da Associação dos Defensores destacou uma proposta da deputada Lídice da Mata (PSB) de se criar na Assembléia Legislativa uma representação da Defensoria Pública. Javier, que aprovou a idéia, disse que vai discutir a proposta com a comissão que está reformando o Regimento Interno da Casa.

Comissão da Mulher prepara sessão especial

A TARDE

TERÇA-FEIRA ■ 1º/3/2005



SEM DEFESA

A greve dos 97 defensores públicos da Bahia, deflagrada ontem, vai paralisar 90% dos processos criminais em Salvador e 70% das ações das Varas de Família. A categoria, que defende pessoas carentes que não podem pagar a um advogado, reivindica melhoria salarial e imediata nomeação do defensor-público-geral. **PÁGINA 3**

03/03/2005
OAB-BA

OAB-BA apóia mobilização dos Defensores Públicos

O Conselho Pleno da OAB-BA, reunido em sessão ordinária dia 28, decidiu por unanimidade, apoiar integralmente as reivindicações dos defensores públicos estaduais, em face da essencialidade dos serviços prestados pela categoria à população baiana.

A OAB-BA reafirma seu compromisso de defesa da ordem jurídica ao apoiar a mobilização da Defensoria Pública, instituição fundamental para a garantia do acesso da população carente à justiça, ao tempo em que espera que o governo do estado seja sensível ao pleito dos defensores, para que as carreiras jurídicas na Bahia tenham tratamento igualitário e compatível com as suas responsabilidades.

Defensores Públicos param e 2.425 ficam prejudicados

● Enquanto durar a paralisação um grupo de assistência emergencial com 10 defensores vai trabalhar na Defensoria para atender algumas ações

MEIRE OLIVEIRA
Repórter



FOTO: JOA SOUZA



▲ Os defensores públicos da Bahia decidiram parar as atividades por melhorias

Pelo menos 2.425 pessoas não foram atendidas no primeiro dia de paralisação dos Defensores Públicos da Bahia. O número de audiências que não foram realizadas ficou em 1260, sendo 884 na capital. A primeira reivindicação da classe é a nomeação imediata do defensor público geral que é indicado por lista triplíce ou recondução. Desde o dia 24 de janeiro que o órgão estadual está sem um gestor. Fato esse que impossibilita inclusive a aprovação da adequação salarial com o patamar dos magistrados e promotores do estado que recebem 6 vezes a mais que os defensores.

"Pedimos desculpas à população pelos transtornos causados já que somos responsáveis por 70% das varas de famílias, 90% das criminais e 40% da cíveis. Há 3 anos estamos dialogando para resolver esse problema. Já fizemos mais de 11 pedidos de audiência com o governador Paulo Souto e não fomos atendidos. As nossas reivindicações são por melhores condições de estrutura e atendimento à população. A quem interessa uma defensoria desestruturada?", questiona a presidente, em exercício, da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Laura Amaral. O órgão é responsável pelo acesso da população carente à Justiça. Os juízes estão sendo obrigados a desmarcar as audiências por causa da ausência dos defenso-

FUNCIONÁRIOS

O outro problema é a falta de funcionários para suprir a demanda nos postos de atendimento. No quadro que comporta 460 defensores só trabalham 97. Os postos contam com ajuda de estagiários voluntários na análise dos processos. "Eles que nos ajudam muito no andamento das causas sem ganharem nada, servem por vocação e solidariedade, relata a presidente da associação.

A população carente que necessita da ajuda da defensoria chega a esperar 3 meses pelo julgamento de um processo pela falta de estrutura. "Às vezes trabalhamos em locais que não têm banheiro e não se pode oferecer água nem café. As pessoas ficam o dia inteiro esperando nessas condições e isso causa muita revolta. Já fomos obrigadas a pedir ajuda policial pela falta de segurança. Temos que compartilhar salas e computadores que nem sequer são integrados com o Sistema do Tribunal de Justiça", disse a estagiária, Viviane Aras, que junto com as colegas Taís Lustosa e Diana Reis acumulam 500 processos que aguardam por análise.

Enquanto durar a paralisação um grupo de assistência emergencial, das 8 às 17 horas, formado por 10 defensores está trabalhando na sede do órgão, no Canela, para atender ações cautelares, busca e apreensão de menor, habeas corpus, justificção de execução de alimento, através da qual a pessoa só tem 3 dias para comprovar que não pode pagar pensão alimentícia sob o risco de ser presa.

cia de caes-guia em locais públicos e privados, foi vetado parcialmente em seu artigo 4º "por vício de inconstitucionalidade, de acordo com a manifestação da Procu-

Andrade pede recuperação da BA-493

O deputado Rogério Andrade (PL) fez indicação ao governador Paulo Souto, pedindo que seja autorizada a recuperação da rodovia BA-493 que interliga os municípios de Santa Terezinha e Itatim. Tal rodovia, conforme mostrado pelo parlamentar, ao ser construída assumiu papel importantíssimo e estratégico no programa dos corredores rodoviários baianos, na busca da reversão e conseqüente recuperação do quadro econômico e financeiro da região e o aumento do nível de atividades nos setores primário e terciário, além da retomada do crescimento sustentado da região.

Ocorre que, segundo é assinalado por Rogério Andrade, o desvio do tráfego nas rodovias federais impôs à BA-493 um intenso e pesado tráfego, além da sua capacidade de absorção, causando a deterioração do seu leito, tornando-a esburacada e praticamente intransitável.

Continuando sua argumentação, o deputado mostra que os prejuízos econômicos que decorrem de tal situação são expressivos, uma vez que pela rodovia escoam a produção agrícola da região e se faz a interação das comunidades de Santa Terezinha e Itatim, com expansão para o município de Castro Alves, "num extenso segmento de comércio, serviços, ocupação de mão-de-obra agregada às atividades decorrentes da estrutura de produção agrícola, que dependem prioritariamente desta via de escoamento".

também são inconstitucionais.

INTEGRAIS

Os quatro projetos vetados na



Marinho propõe fixação de painéis com locais e horários de funcionamento do órgão

Propostos avisos sobre a Defensoria Pública

O deputado Márcio Marinho (PL) apresentou projeto de lei na Assembléia Legislativa que propõe a obrigatoriedade de fixação de painéis em locais visíveis informando local e horário de funcionamento da Defensoria Pública. Se a proposição for aprovada e sancionada, secretarias de Estado, fóruns, delegacias policiais e toda a rede de ensino público, além dos meios de transporte público, terão que tomar a providência em um prazo de dois meses, a partir da sanção do governador Paulo Souto.

Cada vez mais, uma parcela significativa da população, segundo o parla-

mentar, precisa de acesso à defesa gratuita para ter seus direitos garantidos na Justiça. "Ocorre que nem sempre seus locais e horário de funcionamento estão disponibilizados de forma visível à população que utiliza seus serviços", explicou, justificando sua iniciativa.

O projeto de lei vai minimizar, de acordo com Marinho, "possíveis injustiças cometidas em decorrência de falta de informação ou mesmo em decorrência de informação imprecisa no que concerne aos locais e horários de atendimento de nossa valorosa Defensoria Pública do Estado da Bahia".

Paulo Fábio Danilo Neto pela sua posse no cargo de diretor do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Ex-deputado pelo PCB, ele é formado em Economia, mestre em Administração de Empresas e doutor em Ciências Humanas. De acordo com a parlamentar, o professor "goza de irrefutável prestígio em nossa sociedade", em função de "sua singular qualificação à luz da inquestionável dedicação que tem emprestado à carreira do magistério superior e do conceito de que sempre desfrutou no meio acadêmico".

"Enquanto político, atividade da qual jamais se afastou, participou ativamente da luta pela redemocratização do país", conta Lídice, elogiando sua passagem pela Câmara de Vereadores de Salvador, pela Assembléia Legislativa e como secretário da Educação de Salvador. Atualmente, Paulo Fábio é militante do PPS. "Diante de tão singular trajetória, forte é a convicção de que, a partir da mencionada posse, o Centro de Recursos Humanos da Ufba continuará muito bem dirigido", declarou.

Waldenor quer melhorias nas BAs-617/030

Os 29 municípios localizados na Serra Geral estão sofrendo com as más condições do acesso rodoviário, que está cada vez mais precário. O alerta é do deputado Waldenor Pereira (PT), que apresentou indicação pedindo ao governador Paulo Souto que promova a pavimentação da BA-617, entre Caculé e Condeúba, e recupere o trecho Pancadão, Ibiassucê e Caculé da BR-030. Ele ressaltou que, mais de uma vez, já levou ao conhecimento das autoridades estaduais a necessidade da recuperação das principais vias da região.

Por reconhecer as dificuldades do Poder Executivo em sanar todos os problemas viários da região num curto espaço, o parlamentar indicou prioritariamente os dois trechos, lembrando que a atual situação está refletindo "negativamente na economia local, restringindo a dinâmica comercial e de serviços". Além disso, destaca, a população sofre ao ter que buscar serviços, como educação e saúde, em outras localidades, como Caetité, Brumado e Vitória da Conquista.

Sábado, 12 de Março de 2005

Personalize seu Correio

Primeira Página

Aqui Salvador
Esportes
Folha da Bahia
Poder
Bazar
Correio Negócios
Discomania
Economia
Marrom
Parabólica
Repórter
Trabalho
TV
Veículos
Viajar

Índice Geral

Edições Anteriores

Assinatura

Expediente

Fale Conosco

Clube Correio

CLUBE
CORREIO

AQUI SALVADOR

Greve prossegue por tempo indeterminado

Jane Fernandes

Os defensores públicos estaduais resolveram entrar na terceira semana de greve. A decisão foi tomada na manhã de ontem durante assembléia na qual deveria ser avaliada a proposta apresentada pela defensora geral, que, impossibilitada por um problema de saúde, não pôde comparecer. O encontro com Hélia Barbosa está remarcado para a noite do dia 14 e será seguido por uma reunião extraordinária na manhã de terça-feira. Desde o final de fevereiro, a categoria está atendendo apenas aos casos emergenciais, através da equipe de plantão formada por dez profissionais. As 34 comarcas do interior continuam completamente paralisadas.

"Estamos abertos para qualquer negociação que seja consistente para a categoria", garantiu a presidente da Associação dos Defensores Públicos (Adep-BA), Tereza Cristina Ferreira. O tripé da pauta de reivindicações é o aumento salarial (a base varia de R\$1,4 mil a R\$1,7 mil), a realização de concurso para reduzir o déficit de mais de 300 profissionais no quadro e a implantação da autonomia da entidade. Buscando tranquilizar as pessoas com causas em andamento, a categoria afirma que tem cumprido os prazos dos processos para os quais foram intimados antes do início da paralisação.

Quanto às audiências que deveriam estar acontecendo, a recomendação da associação é para que elas sejam remarcadas, pois os defensores não reassumirão as causas nas quais os juízes convoquem advogados para substituição. "O profissional convocado por Ad-hoc terá de assumir o processo até a sua conclusão, até porque os advogados também têm que cumprir a sua cota social", reforçou a vice-presidente da Adep, Laura Fabíola Fagury. Até o momento, a defensoria atendeu a oito casos emergenciais. Entre medidas cautelares, habeas corpus e pedidos de fiança, destaca-se o caso da paulista Helena Strobele.

Encaminhada pelo Ministério Público - "que até o momento não manifestou apoio à nossa luta", lembra Laura -, Helena estava aguardando a petição de liminar para garantir a continuidade do tratamento do seu pai. Vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) hemorrágico, enquanto estava a bordo de um cruzeiro, Hans Dauer, 70 anos, foi submetido a uma cirurgia de emergência no Hospital Evangélico. Com toda documentação em mãos, ela mostra que o plano de saúde negou a autorização para que o conveniado fosse operado, sob o argumento de que faltam cinco meses para cumprir o período de carência.

Sem condição de arcar com os custos da colocação da válvula intracraniana e dos quatro dias de internamento, que já chegam a R\$60

mil, Helena procurou a defesa do consumidor, a OAB e o Ministério Público, antes de finalmente ser assistida pela defensoria. "Mesmo em greve, eles me atenderam ontem (quinta-feira) em meio à realização de um ato público", conta a jornalista paulista. Como não existe carência em caso de morte eminente, o que está indicado em laudo assinado pela médica Michelle Simões, a defensoria expediu liminar para obrigar a seguradora a custear o tratamento, que até a manhã de ontem estava por conta do hospital.

Mais Aqui Salvador

- Anote
- Buraco causa transtornos a moradores da Suburbana
- Células da esperança
- Eliane Azevedo
- Greve prossegue por tempo indeterminado
- Horário de atendimento dos postos do SAC será ampliado
- Ibametro fiscaliza venda de produtos da Semana Santa
- INSS não consegue combater o comércio ilegal de senhas
- Instituto João Paulo II lança livro de catequese
- Osid homenageiam ACM Júnior
- Programa atenderá 50 mil portadores de anemia falciforme
- Reação polêmica
- Respeito à diferença
- Segurança/Adolescente executado por três encapuzados em Valéria
- Segurança/BLITZ
- Segurança/Justiça decreta prisão de acusado de seqüestro
- Segurança/Motoqueiros matam rapaz e ferem dois à bala
- Segurança/PF apreende 80 toneladas de fios de cobre e autua sucateiro
- Segurança/PM prende sete acusados de assaltos
- Serviço ajuda a controlar sono de motoristas
- TV Bahia comemora em grande estilo aniversário de 20 anos
- Ufba comemora indeferimento de ações contra cotas
- Vereadores cobram desoneração da tarifa de ônibus

CADERNOS DE DOMINGO

Bazar

- Da cor da paixão
- Califórnia dreaming...
- Contracapa
- Estilistas promovem festa da moda Outono-Inverno em Paris

Trabalho

- Nunca é tarde
- Aposentado pode pedir revisão do benefício
- Ufba inscreve para gerenciamento em recursos hídricos
- Conciliação interna

TV

- Exuberância por trás de uma (quase) s...
- Aquém da imaginação
- TV Farol
- Senhor dos destinos

Repórter

- Poeta do cinema
- Um doce rebelde
- Mestre da ilusão
- Jamelão do povão

Viajar

- Turismo de fé
- Brasileiros têm a sua 'terra santa'
- Porto Velho nasceu sobre os trilhos
- Páscoa nas Serras Gaúchas

Correio Negócios

Correio Autos

Defensor público suspende a greve para iniciar negociação

MEIRE OLIVEIRA
Repórter



Os Defensores Públicos da Bahia resolveram suspender temporariamente a greve que durou 17 dias. O motivo da volta ao trabalho é resultado da decisão do governo do Estado de negociar as reivindicações da classe. Sexta-feira, às 11 horas, haverá uma reunião na Secretaria Estadual de Planejamento e às 17 horas os defensores irão analisar as propostas apresentadas em assembléia na sede da Defensoria, no Canela.

As faixas que indicavam a paralisação foram retiradas, ontem, por volta das 15h30. "Consideramos esse ato um

marco na nossa profissão já que nunca houve greve na defensoria. Estamos dando um voto de confiança à nossa colega, Hélia Barbosa, pela transparência nesse período de greve e humildade com que sempre somos recebidos por ela. Saímos fortalecidos deste processo com a classe mais unida. O sentimento de conquista é comum em todos", disse a vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Laura Amaral.

A defensora pública estadual, Hélia Barbosa, nomeada há 15 dias, como intermediária entre os defensores e o Estado acredita no sucesso das discussões. "A nossa intenção é não prejudicar o serviço que é oferecido à população. As reivindicações da Defensoria como a questão da autonomia financeira, orçamentária e administra-

tiva fazem parte de um processo que depende de orçamento, planejamento e organização. Tudo isso demanda tempo para resolver. O governo já autorizou o concurso público que era um tópico importante e vamos discutir como atender os outros pontos. O importante é a vontade que temos de construir juntos", disse.

"Dependendo da proposta de negociação iremos decidir os rumos da paralisação. Após os 17 dias de paralisação deixamos de atender cerca de 2.500 pessoas por dia e de realizar 1700 audiências já que todo processo precisa da participação do defensor. Vamos continuar lutando por nossos direitos e atendimento adequado à população que nos procura", afirma a presidente da Associação dos Defensores, Tereza Cristina Almeida.

A Tarde – Edição de sábado, 5/3/2005.
Coluna TEMPO PRESENTE
tempopresente@atarde.com.br

Greve na Defensoria Pública

Os índices de atendimento, eficiência e salários dos defensores públicos baixos revelados esta semana pelo Ministério da Justiça – é um retrato do descaso com o governo do Estado tratou a instituição ao longo dos 20 anos de sua existência.

A Defensoria Pública da Bahia ocupa uma das últimas colocações (19º lugar) entre os 22 Estados pesquisados. Está desaparelhada, faltam defensores e os que têm salário três vezes menor do que seus colegas do Amapá.

A greve deflagrada esta semana já vinha sendo anunciada desde o ano passado e as autoridades fizeram vistas grossas e ouvidos de mercador. Agora, corre-se o tempo para um acordo.

Se não houver uma solução na semana vindoura, o Judiciário baiano – que é muito lento – pára de vez. A advogada Hélia Barbosa, nomeada na quarta-feira para o cargo de defensora pública geral, precisa dialogar muito nas próximas horas para contornar a situação.

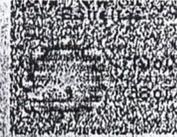
Enfim, acabar a greve dos 97 defensores será muito difícil sem atender a todas as reivindicações. O grupo é pequeno, faz muita falta e está coeso.

[Responder](#) | [Responder a todos](#) | [Encaminhar](#) | [Apagar](#) | [Bloquear](#) | [Imprimir](#)

[Mover para...](#)

[Início](#) | [Chegou e-mail?](#) | [Escrever mensagem](#) | [Lista de contatos](#)
[Configurações](#)

CORREIO DA BAHIA



Primeira Página

Aqui Salvador

Esportes

Folha da Bahia

Poder

Bazar

Correio Negócios

Discomania

Economia

Marrom

Parabólica

Repórter

Trabalho

TV

Veículos

Viajar

Índice Geral

Edições Anteriores

Assinatura

Expediente

Fale Conosco

Clube Correio

CLUBE
CORREIO

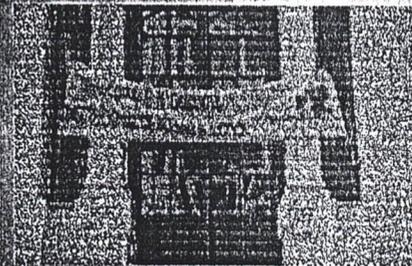
Sexta-feira, 04 de Março de 2005

Personalize seu Correio

AQUI SALVADOR

Defensores públicos definem hoje os rumos da paralisação

Jane Fernandes



Greve de defensores públicos começou segunda-feira

Os defensores públicos se reúnem, hoje pela manhã, para decidir os rumos do movimento que causou a paralisação do órgão na última segunda-feira. A tendência é que a greve seja mantida, pois até a tarde

de ontem apenas uma das reivindicações dos grevistas foi atendida. Mais de um mês após o fim do mandato do defensor geral, um novo nome foi anunciado anteontem pelo Secretário de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) Sérgio Ferreira. A categoria, no entanto, garante que só volta a trabalhar normalmente quando conseguir garantir a equiparação salarial com os magistrados.

"Queremos um defensor que esteja em sintonia com as nossas necessidades", declarou a ex-subdefensora Vitória Bandeira, mostrando descontentamento com a nomeação de Hélia Barbosa para o cargo de defensor geral. Ela aponta que os 15% de aumento concedido no final do ano passado e que elevou o salário-base de um defensor de comarca especial (nível máximo da carreira) para R\$1,7 mil são insuficientes para reter a evasão a que a defensoria tem assistido nos últimos meses. A discrepância entre os números oficiais (103) e os divulgados pelos profissionais (97) se deveria exatamente ao fato de a secretaria ainda não ter computado os defensores que recentemente trocaram esse trabalho de interesse público por carreiras de maior ganho salarial.

Vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos (Adep-BA), Laura Fabíola Fagury esclarece que a categoria não tem nada contra a nova defensora geral, mas espera que ela defenda a causa dos profissionais. "A defensoria é autônoma, então ela não deveria tomar posse na Secretaria de Justiça, pois agora nosso chefe maior é o governador", detalhou Laura. Ela lembra que a pressão para que o chefe fosse nomeado era também a busca de uma pessoa que encaminhasse suas causas para a Assembléia Legislativa. Como não querem perder tempo, os membros da associação se dividiram na tarde de ontem entre a posse de Hélia Barbosa e a ida ao Centro Administrativo (CAB) para apresentar sua pauta aos deputados.

Como 90% dos processos que tramitam nas varas criminais envolvem defensores públicos, o Fórum Desembargador Carlos Souto encontrava-se praticamente vazio na manhã de ontem. As audiências estão sendo remarçadas. Quanto à possibilidade de soltura de presos, por conta do "excesso prazal", Laura Fabíola acredita que a partir da segunda semana de greve isso pode realmente acontecer. Legalmente, o andamento processual deve durar no máximo 81 dias, mas a contagem

Últim

- Une saú
- Pror sext para trad
- Políc do s de M
- Trâ
- Limi cobr assii

Assi

Qui



Fóru

- Ilê c

Em l

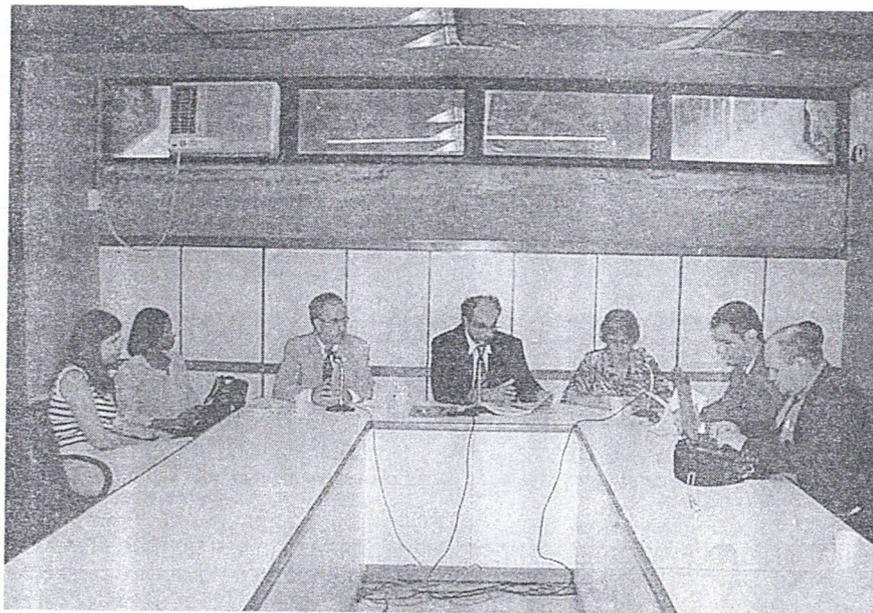
- Violi

Defensores públicos apresentam reivindicações em reunião na AL

A Comissão de Relações do Trabalho e Emprego recebeu, no final da manhã de ontem, cinco representantes dos defensores públicos que estão em greve por melhores condições de trabalho e pela equiparação salarial com outras categorias da Justiça, como promotores e juízes. Recebidos pelo deputado Javier Alfaya (PCdoB), presidente do colegiado, os defensores relataram as dificuldades enfrentadas para garantir o acesso à Justiça da população mais carente do estado. E voltaram a defender a autonomia administrativa da Defensoria Pública, já aprovada pela Assembléia Legislativa.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Tereza Ferrari, defendeu que o órgão tenha a mesma estrutura do Ministério Público. Ela lembrou que apesar de a autonomia já ter sido aprovada pela AL, ainda não foi colocada em prática pelo governo do estado. "Agora, a lei precisa ser cumprida para que a Defensoria receba o mesmo tratamento do MP e da magistratura", disse.

Segundo ela, foi a impossibilidade de diálogo com o governo que levou a categoria a iniciar a primeira greve depois de 20 anos da criação do órgão. Tereza criticou ainda a demora para a nomeação do novo defensor geral, o que acabou sendo concretizado. "As pessoas que não têm recursos precisam de assistência jurídica forte e não estar do lado de alguém enfraquecido junto ao Poder Executivo", argumentou ela.



Representantes dos defensores debatem com os deputados na Comissão do Trabalho

Dados apresentados por Javier Alfaya no encontro de ontem mostram que a Defensoria Pública da Bahia tem o pior índice do país em orçamento executado, levando-se em consideração o tamanho da população total do estado. Enquanto o Mato Grosso do Sul possui um índice de 15,71% do orçamento executado em relação ao tamanho da população, a Bahia tem 0,02%, ficando em último no ranking do país.

Para o presidente da Comissão do Trabalho, não se trata de uma luta corporativa. "Quanto mais demandas sociais existirem mais a instituição da Defensoria Pública será exigida", argumentou. Ele destacou que, antes de tudo, a Defensoria é uma instituição que presta um serviço "imprescindível e insubstituível" para o segmento mais carente da população. Por isso, continuou Javier, cabe ao governo do estado valorizar a Defen-

soria Pública e não optar por caminhos da terceirização dos serviços ou da realização de convênios.

Presente à reunião, o deputado Waldenor Pereira (PT) considerou a Defensoria um elemento fundamental para a defesa dos direitos dos cidadãos, "especialmente num estado detentor dos piores indicadores sociais do Brasil". Ele apontou a carência de estrutura para o funcionamento pleno da Defensoria e salientou os baixos salários recebidos pelos defensores e pelos outros servidores vinculados ao órgão. Waldenor defendeu um maior aporte de recursos para que a "Defensoria tenha uma estrutura forte e um quadro de defensores motivados que possam atender ao interesse da maioria da população".

No final do encontro, Javier Alfaya informou aos defensores que a Comissão do Trabalho vai realizar, provavelmente na primeira quinzena de abril, um seminário para discutir a questão salarial dos servidores públicos do estado. Ele disse esperar contar com a participação da categoria. Já a presidente da Associação dos Defensores destacou uma proposta da deputada Lídice da Mata (PSB) de se criar na Assembléia Legislativa uma representação da Defensoria Pública. Javier, que aprovou a idéia, disse que vai discutir a proposta com a comissão que está reformando o Regimento Interno da Casa.

A TARDE

4. SALVADOR, SEGUNDA-FEIRA, 28/2/2005

TEMPO PRESENTE

tempopresente@atarde.com.br

Sem defesa

Milhares de pessoas vão sofrer mais diretamente, a partir de hoje, as consequências dos salários defasados dos defensores públicos.

Mal pagos, os profissionais entram em greve, interrompem o andamento de processos e impedem a entrada de outros. Centenas de presos deixam de ter sua pena reavaliada e vão permanecer atrás das grades.

Até que os grevistas tenham suas reivindicações atendidas, ou pelo menos negociadas, as pessoas mais carentes deixam de contar com o atendimento jurídico gratuito.

Por enquanto, serão atendidas questões de caráter emergencial, cuja importância será avaliada por uma comissão especial.

Mas, antes mesmo desta paralisação, esses salários defasados já sacrificavam a população carente. Com a justiça morosa e ineficiente praticada por apenas 97 defensores públicos, responsáveis por uma média de 30 mil processos cada um.

Estes são os defensores públicos que restaram de um quadro de 200 profissionais no Estado. Os salários baixos estimularam os demais a buscarem outro meio de vida. É um dos poucos casos em que vagas sobram: a instituição prevê a contratação de 460 profissionais.

A TARDE

SALVADOR, DOMINGO, 27/2/2005

SAMUEL CELESTINO

celestino@atarde.com.br

Defensores públicos

Os defensores públicos baianos resolveram entrar em greve. Há várias insatisfações que grassam na categoria, a mais recente delas a protelação para a nomeação do defensor público geral.

A Associação dos Defensores Públicos encaminhou ao governo uma lista tríplice dos três defensores mais votados para que um deles fosse nomeado chefe da Defensoria, o que até agora não aconteceu.

Há outras reivindicações levantadas numa assembléia geral realizada na sexta-feira que decidiu pela paralisação dos serviços prestados pela instituição por tempo indeterminado.

Varas do TRT serão transferidas para o Comércio

A mudança, além de ampliar o fluxo de pessoas, vai promover a valorização comercial da área

A administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, TRT-5, vai transferir, até junho deste ano, para o edifício Góes Calmon (antiga sede do Banco Econômico), no Comércio, as 26 varas trabalhistas de Salvador, hoje localizadas em Nazaré. O edifício foi disponibilizado pelo Banco do Brasil e será também preparado para a instalação, a partir de setembro próximo, de mais 13 varas.

Quando completo, o conjunto deve responder com maior celeridade aos cerca de 100 mil processos que chegam à Justiça do Trabalho anualmente. A mudança das varas para o Comércio vem sendo recebida com grande satisfação, não só pelos advogados que mantêm escritórios na área, como também pelos comerciantes, principais incentivadores do projeto de revitalização do bairro, coordenado pela Prefeitura. A chegada da Justiça do Trabalho certamente contribuirá para ampliar o fluxo de pessoas no local e, conseqüentemente, para a valorização dos espaços.

INSTALAÇÕES AMPLAS – Localizado na rua Miguel Calmon, no Comércio, o prédio que abrigará as varas da capital, com 12 pisos, é bem mais amplo do que a atual sede das unidades, o Fórum Garrastazu Médici, que tem apenas seis andares, mais térreo e subsolo. Todas as unidades de apoio, como os serviços de protocolo, de distribuição, balcão de informações, posto médico e setor de malotes, também serão transferidas, assegurando o bom funcionamento das varas.

Como contrapartida à locação e cessão do prédio ao Tribunal, o Banco do Brasil disporá de um espaço para a instalação de uma agência bancária. Segundo a presidente do TRT-5, juíza Marama Carneiro, a nova sede será dotada de modernos equipamentos de informática e de mobiliário ergonômico, de forma a oferecer a servidores e magistrados os instrumentos necessários a um atendimento mais eficaz e célere para o cidadão.



Hélia Barbosa quer parcerias com o TJ



Carlos Santana

Guadalupe Libório: curso objetiva o desenvolvimento de competências e habilidades

Programa vai capacitar servidores do Judiciário

Para capacitar os servidores do Tribunal de Justiça, Ipraj e Corregedoria foi desenvolvido o Programa de Capacitação 2005 (Procap), que irá promover, a partir deste mês e até novembro, o Curso de Desenvolvimento da Prestação do Serviço Jurisdicional. Com carga de 80 horas, ele vai atender 700 servidores divididos em 20 turmas. As aulas, que terão início segunda-feira, dia 14, serão ministradas na Faculdade 2 de Julho.

Os servidores do Poder Judiciário terão na grade curricular as disciplinas Português Jurídico, Processo Civil, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Processo Penal, Lei de Organização Judiciária e Informática Conceitual. Elas serão agrupadas nos módulos avançado e intermediário para os ocupantes de cargos de nível superior e de nível médio, respectivamente.

O Procap está dividido em quatro linhas de ação: Fortalecimento da Gestão do Poder Judi-

ciário (para 920 servidores), Fortalecimento das Competências Relacionais (para 1.300 servidores), Fortalecimento de Prestação do Serviço Jurisdicional (para 950 servidores) e Fortalecimento da Cultura da Aprendizagem Continuada (para 950 servidores). No total, o programa vai capacitar 4.120 servidores.

Segundo a Gerente de Recursos Humanos do Ipraj, a psicóloga Guadalupe Libório, o objetivo do curso “é permitir aos servidores uma visão integrada das matérias pertinentes às funções por eles executadas, possibilitando o aprimoramento e vivência, além do desenvolvimento de competências e habilidades”.

Os responsáveis pelas unidades encaminharão a relação dos candidatos a participarem do módulo para o Ipraj, por meio da Gerência de Recursos Humanos / SUDRH, que explicará a estrutura do curso. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones 3372-1738/1739.

Hélia Barbosa define metas para a Defensoria

Dialogar, organizar e buscar recursos para ampliar os serviços de atendimento da Defensoria Pública. Estas são algumas das metas da nova defensora pública-geral, Hélia Barbosa. Ela está enfrentando um desafio logo no início da gestão: tentar resolver a paralisação dos defensores públicos, em greve há duas semanas. “Acredito no diálogo como ferramenta para garantir o retorno dos defensores ao trabalho”, afirma.

Sua primeira ação para que a categoria voltasse às atividades foi a garantia da abertura do concurso público para a contratação de 50 defensores. As demais reivindicações feitas pelo comando de greve serão analisadas por um Conselho. “Preciso identificar os principais pedidos e os

itens necessários para começar a avançar”.

De acordo com Hélia Barbosa, a organização da Defensoria está sendo reestruturada para fortalecer o trabalho e a especialização dos defensores. Ela pretende estruturar o programa de estágio, apoiar o Centro de Estudos, desenvolver parcerias com o Tribunal de Justiça, ampliar o espaço dos servidores, para que eles possam tirar as dúvidas da comunidade.

No seu entendimento, a Emenda Constitucional nº 45 será uma das principais ferramentas para a reestruturar a Defensoria, pois dá ao órgão autonomia administrativa, funcional, orçamentária e financeira. “Mas é preciso que os Estados se ajustem ao processo de reforma”, ressaltou.

TEMPO PRESENTE

tempopresente@atarde.com.br

Defensora “passa mal” e greve continua

A advogada Hélia Barbosa, defensora pública geral da Bahia, não compareceu ontem à reunião que teria com a classe de defensores para negociar o fim da greve, que já dura 12 dias. Ela alegou que “estava passando mal” e pediu para que o encontro fosse adiado. Ainda não foi marcada uma nova data. A reunião teria como principal tema a contraproposta salarial do governo do Estado para com os grevistas.

Na última terça-feira, a direção da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, que lidera o movimento, apresentou sua proposta: equiparação salarial com promotores e juizes, como determina a Constituição Federal. Outros Estados brasileiros já estão implementando a equiparação. Hélia Barbosa, que faz o intercâmbio entre grevistas e o governo, deve se reunir em breve com a direção da associação.

Hoje, os defensores públicos realizam assembleia geral para decidir pela manutenção da paralisação. O movimento conta com o apoio da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia (OAB-BA).

Privatização

Antes via usada por todo mundo, a Rua Fernão de Magalhães, vizinha ao Shopping Barra, está agora privatizada.

Na placa metálica lê-se que foi transformada em via de circulação dos moradores de três condomínios.

Para garantir exclusividade dos veículos, os donos do que parece ser um bem público colocaram corrente e segurança tomando conta.

Se a inspiração foi a tal da PPP – Parceria Público Privada – resta saber a contrapartida.

Sucata

chamada às 16h20. Preocupados com o desrespeito ao Estatuto do Idoso justamente em um ambiente onde as leis deveriam ser obedecidas, pessoas que também aguardavam por audiências solicitaram dos advogados e cobraram mais atenção com aquela senhora. Como resposta ouviram: “Ela é uma pessoa como outra qualquer”.

E mais, “esta senhora deveria ter preenchido um documento dizendo a sua idade e invocando o Estatuto do Idoso”.

Será que seria preciso?

Defensores públicos apresentam reivindicações em reunião na AL

A Comissão de Relações do Trabalho e Emprego recebeu, no final da manhã de ontem, cinco representantes dos defensores públicos que estão em greve por melhores condições de trabalho e pela equiparação salarial com outras categorias da Justiça, como promotores e juizes. Recebidos pelo deputado Javier Alfaya (PCdoB), presidente do colegiado, os defensores relataram as dificuldades enfrentadas para garantir o acesso à Justiça da população mais carente do estado. E voltaram a defender a autonomia administrativa da Defensoria Pública, já aprovada pela Assembléia Legislativa.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Tereza Ferrari, defendeu que o órgão tenha a mesma estrutura do Ministério Público. Ela lembrou que apesar de a autonomia já ter sido aprovada pela AL, ainda não foi colocada em prática pelo governo do estado. "Agora, a lei precisa ser cumprida para que a Defensoria receba o mesmo tratamento do MP e da magistratura", disse.

Segundo ela, foi a impossibilidade de diálogo com o governo que levou a categoria a iniciar a primeira greve depois de 20 anos da criação do órgão. Tereza criticou ainda a demora para a nomeação do novo defensor geral, o que acabou sendo concretizado. "As pessoas que não têm recursos precisam de assistência jurídica forte e não estar do lado de alguém enfraquecido junto ao Poder Executivo", argumentou ela.



Representantes dos defensores debatem com os deputados na Comissão do Trabalho

Dados apresentados por Javier Alfaya no encontro de ontem mostram que a Defensoria Pública da Bahia tem o pior índice do país em orçamento executado, levando-se em consideração o tamanho da população total do estado. Enquanto o Mato Grosso do Sul possui um índice de 15,71% do orçamento executado em relação ao tamanho da população, a Bahia tem 0,02%, ficando em último no ranking do país.

Para o presidente da Comissão do Trabalho, não se trata de uma luta corporativa. "Quanto mais demandas sociais existirem mais a instituição da Defensoria Pública será exigida", argumentou. Ele destacou que, antes de tudo, a Defensoria é uma instituição que presta um serviço "imprescindível e insubstituível" para o segmento mais carente da população. Por isso, continuou Javier, cabe ao governo do estado valorizar a Defen-

soria Pública e não optar por caminhos da terceirização dos serviços ou da realização de convênios.

Presente à reunião, o deputado Waldenor Pereira (PT) considerou a Defensoria um elemento fundamental para a defesa dos direitos dos cidadãos, "especialmente num estado detentor dos piores indicadores sociais do Brasil". Ele apontou a carência de estrutura para o funcionamento pleno da Defensoria e salientou os baixos salários recebidos pelos defensores e pelos outros servidores vinculados ao órgão. Waldenor defendeu um maior aporte de recursos para que a "Defensoria tenha uma estrutura forte e um quadro de defensores motivados que possam atender ao interesse da maioria da população".

No final do encontro, Javier Alfaya informou aos defensores que a Comissão do Trabalho vai realizar, provavelmente na primeira quinzena de abril, um seminário para discutir a questão salarial dos servidores públicos do estado. Ele disse esperar contar com a participação da categoria. Já a presidente da Associação dos Defensores destacou uma proposta da deputada Lídice da Mata (PSB) de se criar na Assembléia Legislativa uma representação da Defensoria Pública. Javier, que aprovou a idéia, disse que vai discutir a proposta com a comissão que está reformando o Regimento Interno da Casa.

Hélia Barbosa será chefe dos defensores públicos

Indicada espera manter clima amigável com a categoria que está em greve

REGINA BOCHICCHIO

Pelo menos dois dos itens prioritários da pauta de reivindicações dos defensores públicos, em greve desde o início da semana, foram atendidos. O principal deles é a nomeação da advogada Hélia Barbosa como defensora pública geral. Ela foi apresentada, no início da tarde de ontem, pelo secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado, Sérgio Ferreira. O outro item foi a garantia da abertura de um concurso público para a contratação de 50 defensores, o que deverá acontecer até meados deste ano, segundo o secretário.

A posse de Hélia Barbosa no novo cargo está prevista para hoje, às 15 horas, no gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (Centro Administrativo/CAB). A nomeação de um chefe na Defensoria Pública do Estado era a exigência mais premente da categoria, pois o cargo estava vago desde o dia 15 de janeiro deste ano.

A nomeação de Hélia Barbosa não dá a certeza do término

da greve, embora a nova defensora geral esteja apostando no término do movimento grevista a partir do diálogo, da transparência no processo de negociação e, principalmente, da compreensão dos colegas. Hélia Barbosa disse que recebeu um telefonema de representantes da Associação dos Defensores Públicos da Bahia lhe dando as boas-vindas. Ela acredita num "clima amigável".

Até que os defensores voltem ao trabalho, porém, a população conta com apenas cinco profissionais que atendem, na sede do Canela, casos considerados urgentes. Para se ter uma idéia do prejuízo que a paralisação da categoria causa à população que necessita desses serviços, vale ressaltar que os defensores públicos atenderam mais de 150 mil pessoas somente nos últimos três meses do ano passado. Pelo menos 90% dos processos criminais da capital estão paralisados. É a primeira greve feita pela Defensoria Pública na Bahia, desde a sua criação, em 1985.



Advogada teve destaque na atuação à frente do Cedeca

“Autonomia é um processo que se constrói aos poucos”

Tanto a indicada para o cargo de defensora pública geral quanto o secretário Sérgio Ferreira foram evasivos ao tratarem do assunto da revisão salarial da categoria. Os defensores públicos crêem que o reajuste de salário seja possível a partir da implementação da autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública da Bahia, condição que consideram imprescindível para o término da greve. “A autonomia é um processo que se constrói aos poucos, por isso ainda é precoce garantir uma data para isso”, disse Hélia.

Por este motivo, a advogada crê no diálogo com os defensores grevistas para que os serviços sejam retomados o mais rápido possível. A Emenda 45 da Constituição Federal, promulgada em dezembro de 2004, por

conta da reforma do Judiciário, prevê essa autonomia, mas a Bahia é um dos Estados nos quais ela ainda não foi implementada.

“Não vejo diretamente a possibilidade de dizer que o subsídio que eles exigem será garantido. Mas é nossa meta alcançar um aumento significativo no salário dos defensores. Um aumento salarial que o governo do Estado possa pagar”, disse o secretário. Ele lembrou ainda que os defensores públicos receberam, ano passado, 15% de reajuste salarial, enquanto que outras categorias de servidores públicos ficaram com 5% de aumento. Mas não descartou novo aumento salarial para a categoria durante o ano.

A autonomia orçamentária administrativa fará com que os defensores passem a receber sa-

lários equivalentes aos de juízes e promotores em início de carreira: cerca de R\$ 11 mil. É previsto em lei. Hoje, nenhum defensor público ganha mais de R\$ 3 mil líquidos; muitos ganham metade disso.

A abertura de 50 novas vagas para defensoria pública estadual, cujo edital deverá ser lançado até o meio do ano, poderá diminuir o déficit de profissionais que atuam na área. Segundo o secretário, hoje, o ideal seria que estivessem atuando na Defensoria Pública, em todo o Estado, 430 defensores, mas somente 103 estão na ativa (segundo a Associação dos Defensores, trabalham 97 defensores). Na pauta de reivindicações, os

defensores pedem a contratação de 120 novos profissionais.

PERFIL - A advogada Hélia Barbosa ocupou, desde o início do atual governo estadual, o cargo de superintendente de Direitos Humanos, na superintendência imediatamente criada antes de sua nomeação. Coordenou conferências na área de direitos humanos, direitos da mulher e dos afrodescendentes. Durante vários anos, Hélia Barbosa esteve à frente do Centro da Criança e do Adolescente Yves de Rousan (Cedeca), onde realizou trabalho considerado como de excelência em defesa dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Salários dos defensores baianos entre os piores

Governador manda mensagem afirmando que a autonomia será garantida

MARCONI DE SOUZA

A Defensoria Pública da Bahia ocupa a 19ª colocação no ranking que avaliou, em 2004, os índices de atendimento, eficiência e salários entre as demais instituições do País. Os dados são do Ministério da Justiça, através da Secretaria da Reforma do Judiciário. A pesquisa, denominada "Estudo e Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil", cobriu 22 estados.

A conclusão do Ministério da Justiça foi a de que "os Estados que menos investem nas defensorias públicas são os que apresentam os piores indicadores sociais e os que mais necessitam dos serviços dessas instituições". A Bahia só ficou na frente do Maranhão, Piauí e Amazonas na classificação geral. No que diz respeito aos salários, só superou os estados de Pernambuco, Tocantins, Minas Gerais e Paraíba.

Até mesmo os defensores públicos dos estados mais pobres do Nordeste, a exemplo de Alagoas, Sergipe e Piauí, recebem salários maiores que os respectivos colegas baianos. Em Alagoas, por exemplo, a remuneração final dos defensores é 30% maior, comparando-se com os baianos. Os mais bem pagos são os do Rio de Janeiro, que começam ganhando R\$ 6,3 mil e têm remuneração final de R\$ 11,3 mil (veja tabela).

PRIORIDADE - A questão salarial é, a partir de agora, a pau-



MARGARIDA NEIDE

Defensora pública geral ganha apoio da categoria

ta principal para que os 97 defensores públicos baianos encerrem a greve iniciada na última segunda-feira. A direção da Associação dos Defensores Públicos da Bahia esteve ontem na Secretaria de Justiça do Estado, para dar apoio à gestão da nova defensora pública geral, Hélia Barbosa, nomeada antontem pelo governador Paulo Souto.

"Estamos aqui para apoiá-la, vamos abrir canais de negociações, mas a greve continua", afirmou Laura Fabíola Amaral Fagury, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia. A entidade recebeu apoio, ontem, do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia, que resolveu "apoiar, por unanim-

idade, as reivindicações dos defensores públicos do Estado".

Em nota distribuída à imprensa, a OAB-BA afirmou que "espera que o governo do Estado seja sensível ao pleito dos defensores públicos, para que as carreiras jurídicas na Bahia tenham tratamento igualitário e compatível com as suas responsabilidades". Com esse apoio, o governo do Estado não poderá contar com a entidade para minimizar os efeitos da greve (ou seja, não terá advogados para acompanhar as ações em tramitação). Resumindo: terá que negociar a greve.

MENSAGEM - A defensora pública geral Hélia Barbosa disse que vai encontrar um consenso.

Ela pediu uma semana para "sondar" toda a situação. "O momento é difícil, mas me sinto encorajada. A estratégia é o diálogo, e eu serei o canal entre os defensores e o governador. No processo democrático deve-se buscar a unidade na diversidade, e nós vamos compor uma equipe para buscar uma fórmula", afirmou a defensora pública geral.

Ela disse que viaja hoje a Brasília para participar do seminário "Defensoria Pública Autônoma - Novos Rumos e Desafios", que vai discutir exatamente as alterações que essas instituições sofrerão em virtude da aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que conferiu autonomia administrativa, funcional, orçamentária e financeira. A partir dessa emenda, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro passado, os salários dos defensores públicos devem ser equiparados aos de promotores e juízes em todo o País.

Hélia Barbosa disse que acredita ser capaz de estabelecer bases de discussão salarial que resolva o impasse. "Estarei lidando com colegas, porque sou defensora pública, e portanto tenho o mesmo senso crítico e consciência da classe", comentou. Ela disse que o governador Paulo Souto enviou mensagem, ontem à tarde, afirmando que "a autonomia dos defensores públicos está assegurada". Hélia acredita que isso já é "meio-caminho" para a solução.

ENTENDA O CASO

Os defensores públicos da Bahia entraram em greve na última segunda-feira, elegendo quatro reivindicações prioritárias: nomeação do defensor público geral, equiparação salarial aos promotores e juízes, "instalações dignas" para o trabalho e concurso público para a categoria.

O governador Paulo Souto atendeu,

na quarta-feira, as duas reivindicações: nomeou Hélia Barbosa para dirigir o órgão e vai publicar edital de concurso público. A nova defensora pública geral vai negociar as outras duas reivindicações. A greve continua.

Os defensores argumentam que, além dos salários serem os mais baixos do País, "não dá para trabalhar sem

cadeiras, sem computador, sem água, e até recebendo ameaças das pessoas que são atendidas". Cada defensor é responsável por atender mais de 50 pessoas por semana.

A Defensoria Pública é responsável pela assistência judiciária de 90% dos processos criminais e 70% das ações nas varas de família. A situação é tão

preocupante que os juízes das varas criminais de Salvador acreditam que, se o movimento prosseguir por muito tempo, alguns presos terão que ser soltos para responder em liberdade. Isso poderá ser argüido por "excesso de prazo", ou seja, tempo legalmente excedido pelo juiz para dar prosseguimento à ação.

Greve de defensores pode dar liberdade a presos

Governador se reúne com secretário de Justiça, mas não anuncia medidas

MARCONI DE SOUZA

Os juízes das Varas Criminais de Salvador revelam preocupação com a greve deflagrada, anteontem, pelos defensores públicos da Bahia. Se o movimento prosseguir, muitos presos terão que ser soltos para responder em liberdade. Isso poderá ser argüido por "excesso de prazo", ou seja, tempo ilegalmente excedido pelo juiz para dar prosseguimento à ação.

A juíza Maria de Fátima Vilas Boas, titular da 3ª Vara Criminal, disse que a maioria dos processos criminais é assistida por defensores públicos e "se a greve continuar e as partes não conseguirem advogados que trabalhem sem ônus, ou elas (as partes) não concordarem em aceitar esses advogados, a situação vai complicar e vamos começar a acumular audiências".

Esta é a opinião unânime entre os magistrados ouvidos por A TARDE, que já prevêem a arguição de "excesso de prazo" se o movimento grevista não terminar em breve. "A paralisação desses dois dias já está dando problema sério porque quase todo processo tem defensor público", afirma Lígia Lima Macêdo, escritora da 5ª Vara Criminal.

O governador Paulo Souto se reuniu ontem com o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Sérgio Ferreira, para discutir quais medidas serão adotadas sobre a greve. A assessoria do governador disse, porém, que a pauta da discussão "não poderia ser ainda divulgada para a imprensa". Nenhuma audiência com o comando da greve também foi agenda.

Enquanto isso, Edmilson Santos Costa, acusado de estelionato e assistido por um defensor-público, tinha audiência marcada para ontem na 5ª



EDUARDO MARTINS

Diariamente, integrantes do movimento grevista levam protesto para a porta da sede

Vara Criminal e estava bastante preocupado. "Com a greve não sei o que faço, mas vou falar com o juiz que só aceito ser ouvido com ele (defensor)", argumentou, na sala de espera. A costureira Raimunda Vieira Sacramento estava com o mesmo dilema para dar prosseguimento à ação que o filho responde por assalto.

"O advogado público não pôde vir comigo porque está de greve. Vou ver se o pessoal aí do cartório me ajuda", comentou a costureira. O setor de atendimento da Defensoria Pública, que funciona no subsolo do Fórum Ruy Barboza, registra uma média de 30 a 50 mil queixas por mês. A paralisação vai diminuir o número de novas ações na

Justiça, mas torná-la ainda mais morosa com o não-andamento dos processos já instaurados.

URGÊNCIA - A Defensoria Pública só está atendendo os casos de urgência - *habeas corpus*, busca e apreensão de menor, medidas cautelares (limitares) e justificação de execução de alimentos (urgência no pagamento de pensão). Laura Fabíola Amaral Fagury, presidente em exercício da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, disse que pela manhã nenhuma audiência de conciliação foi registrada no Centro de Conciliação das Varas de Família.

"No turno vespertino, por atendimento do magistrado que

trabalha neste horário, as conciliações foram feitas, mas nós não vamos ratificá-las quando a greve acabar", diz Laura Fabíola, referindo-se à possibilidade de nulidade desses acordos. A Defensoria Pública confirmou, ontem, que pelo menos 90% dos processos criminais da capital baiana ficarão paralisados com a greve.

"Nas varas de Família também somos responsáveis por 70% das ações e em torno de 40% da área cível", acrescentou a presidente da Associação dos Defensores Públicos. Esta é a primeira greve feita pelo órgão desde sua criação em 1985. Os defensores públicos atenderam mais de 150 mil pessoas nos últimos três meses de 2004.

Faltam água, açúcar, café e segurança

Os motivos da greve dos defensores públicos vão desde a inexistência de um chefe na instituição até a falta de água, açúcar, café, segurança, salário digno, enfim, uma lista de reivindicações que precisa ser atendida pelo governo do Estado.

A nomeação do defensor-público-geral é "a exigência nú-

mero um" da classe. O cargo está vago desde 15 de janeiro. A segunda exigência é a implementação da autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública da Bahia.

A emenda 45 da Constituição Federal, promulgada em dezembro passado, deu essa autonomia a todas as defensorias do País. Mas na Bahia ainda não

foi implementada. Resultado: os defensores públicos estão com salários bem abaixo do que deveriam estar recebendo.

Eles ganham inicialmente R\$ 1 mil (mais 130% de gratificação), mas deveriam ter o mesmo salário de promotores e juízes em início de carreira (R\$ 11 mil). Os defensores exigem também "instalações dignas"

visto que não há mínima infraestrutura no órgão.

Outra exigência da categoria é a realização de concurso público para 120 novos defensores. Dos 97 defensores-públicos em atividade, 63 estão na capital e 34 cobrem outros 41 municípios. Cada defensor atende na capital um mínimo de 50 pes-



- Primeira Página
- Aqui Salvador**
- Folha da Bahia
- Poder
- Bazar
- Correio Negócios
- Discomania
- Economia
- Marrom
- Parabólica
- Repórter
- Trabalho
- TV
- Veículos
- Viajar
- Índice Geral
- Edições Anteriores
- Assinatura
- Expediente
- Fale Conosco**
- Clube Correio

Quarta-Feira, 02 de Março de 2005

Personalize seu Correio

AQUI SALVADOR

Defensores decidem rumos da paralisação na sexta-feira

GREVE

Jane Fernandes



Somente casos emergenciais estão sendo atendidos

Solimer Silva, 37 anos, não sabe como vai fazer para alimentar o filho. Desempregada desde o dia 10 de fevereiro e após quatro anos esperando pela boa vontade do ex-marido, ela decidiu entrar na Justiça para conseguir uma pensão alimentícia. O caso dela, porém, não é uma questão emergencial e ela terá de esperar pelo fim da greve iniciada anteontem pela Defensoria Pública. Sem qualquer contraproposta para a pauta de reivindicação centrada na melhoria salarial e na realização de concurso para a contratação de mais profissionais, a categoria vai se reunir, na sexta-feira, para avaliar a primeira semana do movimento.

Apesar de prejudicada pela situação, Solimer não culpa os defensores pelos seus problemas, muito pelo contrário. Em busca de emprego, a técnica em enfermagem e patologia diz entender a angústia de estudar tanto, investir dinheiro nisso e depois não ter sequer um salário que compense tal investimento. Ao contrário do que pode parecer no primeiro momento, a comparação dela não tem nada de exagerada. Um bom código de leis, instrumento fundamental para qualquer profissional jurídico, custa em média R\$500, enquanto um defensor público estadual, em seu último estágio de carreira, tem um salário base de R\$1,4 mil.

Cumprindo o compromisso de atender às emergências, ao menos cinco defensores estavam na sala de plantão ontem pela manhã, enquanto o restante decidia os rumos da greve em uma reunião. Foi essa equipe que cuidou do atendimento da manicure Rosália Barreto. A própria presidente em exercício da Associação dos Defensores Públicos (Adep-BA), Laura Fabíola Fagury, fez a triagem dos casos que chegaram lá pouco depois das 7h. A urgência de Rosália dizia respeito a seus dois filhos, que tinham sido levados pelo pai e só poderiam ser resgatados mediante um mandado de busca e apreensão. "Ele me tomou os meninos para ver se consegue tomar a casa", desabafou com um misto de preocupação e alívio, pois a resolução do seu problema estava sendo encaminhada.

Mirailda Carvalho também não estava enquadrada entre as emergências, mas não deixou de receber a orientação que procurava. O marido saiu de casa há oito dias e agora ela teme que ele retorne sem aviso e queira levar suas coisas. Laura recomendou a ida à Delegacia da Mulher para registrar a queixa de abandono de lar e assim salvaguardar seus bens.

- Univ
- Cen
- con
- Acus
- de a
- do C
- apre
- Gil e
- este
- Vitó
- cont
- STP
- sobr

Assin

Que

Fóru

- Ilê c

Em l

- Viol

CLUBE
CORREIO

Defensor público pede mais pessoas.

Categoria faz passeata na orla de Salvador para reivindicar mais vagas no concurso que será realizado em janeiro

HERBEM GRAMACHO

Para protestar contra as más condições de trabalho, funcionários da Defensoria Pública do Estado fizeram uma caminhada do Jardim de Alá ao Aeroclube na manhã de ontem. O sol forte do fim de semana não permitiu que a passeata fosse mais numerosa, mas, mesmo assim, os defensores públicos deixaram seu recado. Eles são 99 em todo o Estado (63 em Salvador), mas o necessário, segundo a presidente da associação da categoria na Bahia, Tereza Cristina, seriam 460 para atender à demanda da população que não tem condições de pagar um advogado. "Há seis anos não acontece um concurso público e agora que vai ter um, em janeiro, serão apenas 50 vagas", diz a dirigente da associação.

No Núcleo Cível e Comercial do Fórum Rui Barbosa, 15 funcionários dividem sete gabinetes, onde recebem cerca de três mil pessoas por mês. Faltam também material de escritório e livros de Direito.

DESCONHECIMENTO - Embora a função do defensor público

seja prestar atendimento jurídico ao cidadão que não tem condições de pagar um advogado, nas áreas Cível e Criminal (desde uma separação até instauração de inquérito policial), grande parte da população não sabe qual é a utilidade do órgão ou como procurá-lo, caso necessário. É o caso de Lucinei Borges, 46, que desconhecia o papel do defensor público e tampouco sabia como encontrar um.

Atraído pela concentração que se formou na saída da caminhada, o turista gaúcho Iguaracy Borges, 68, se deparou com uma novidade para ele, e afirmou que não sabia da existência da Defensoria Pública.

Em Salvador, o atendimento da Defensoria Pública é descentralizado. A sede da Defensoria fica na Rua Pedro Lessa, s/n, Canela (3336-2073), mas o cidadão pode procurá-la também nos postos do SAC Cajazeiras e Liberdade, nas centrais de atendimento das Faculdades Jorge Amado, Fib, Rui Barbosa e Ufba, ou no posto de atendimento de Narandiba.

QUALIDADE DE ENSINO.



"Nós escolhemos o Colégio São Paulo porque sabemos que o ensino é muito bom. O Projeto Pedagógico é completo, os professores são excelentes e eles têm uma didática extremamente interessante. Com os meninos lá no São Paulo eu fico tranqüila em relação à educação deles."

Delce • Ex-aluna e mãe

FERNANDO VIVAS



Manifestantes caminharam do Jardim de Alá ao Aeroclube

Defensores públicos suspendem greve

Interrupção provisória da paralisação até sexta-feira ocorreu depois de reunião com defensora

Camila Vieira

Os defensores públicos retomam as atividades hoje, após 19 dias de paralisação. A suspensão provisória da greve até sexta-feira foi tomada ontem à tarde, na sede do órgão, no Canela, depois de uma reunião entre a defensora pública geral Hélia Barbosa e a categoria. Na manhã de sexta-feira, os defensores voltam a se reunir com Hélia Barbosa e o governador Paulo Souto, no mesmo local, para dar início a discussão sobre o início da implementação da autonomia da classe e aprovação da proposta orçamentária.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adep-BA), Tereza Cristina Almeida, fez questão de ressaltar que, apesar da retomada temporária às atividades, a categoria está em estado de alerta, aguardando a posição definitiva do governo. "Estamos dando um voto de confiança à nova defensora pública. Assim ela estará mais fortalecida para argumentar com o governo. Esperamos

que depois desse encontro de sexta-feira, tenhamos uma resposta positiva na construção do processo de autonomia dos defensores públicos", afirmou Tereza.

Hélia Barbosa agradeceu o apoio dos colegas e confessou que o voto de confiança da categoria nesse momento difícil a deixa muito feliz. "Me sinto motivada para defender a classe". A defensora alertou a população para a volta do funcionamento dos postos da Defensoria Pública, localizados na Universidade Federal da Bahia (Ufba), nas Faculdades Ruy Barbosa, Jorge Amado e Unime, Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da Liberdade e nos bairros de Nandiba e Mussurunga, além de atendimentos no Fórum Ruy Barbosa, na sede da defensoria e nos juizados de defesa do consumidor.

"Estamos de volta para prestar os serviços que a população precisa. Este é um momento de trégua para iniciarmos as negociações", avisou. Ela reconhece as limitações da categoria, mas assegura que as mudanças positivas tão solicitadas pelos de-

fensores vão começar a acontecer. "Já conseguimos algumas e, pouco a pouco, chegaremos lá", assegurou Hélia.

Conquistas - Até agora foram atendidas três das reivindicações da categoria: a nomeação da nova defensora pública geral, Hélia Barbosa; a promessa da realização do concurso, no final deste semestre e o início da negociação para a implementação da autonomia. "Sabemos da importância do fortalecimento da instituição e junto com o governo do estado estaremos lutando por isso", garantiu Hélia.

A Bahia tem hoje 97 defensores para atender 417 municípios. A defensora geral assume a carência de profissionais, mas ressalta que nos últimos dois anos se iniciou um trabalho mais intenso de fortalecimento da instituição. "A demanda de pessoas carentes necessitadas dos nossos serviços é cada vez maior. É necessário oferecermos garantias funcionais e isto vai ser dado à população dentro das limitações do governo do estado. Faremos o possível", finalizou a defensora geral.



Hélia Barbosa teve encontro com a representante da categoria, Tereza Cristina Almeida

Greve de defensores pode dar liberdade a presos

Governador se reúne com secretário de Justiça, mas não anuncia medidas

EDUARDO MARTINS

MARCONI DE SOUZA

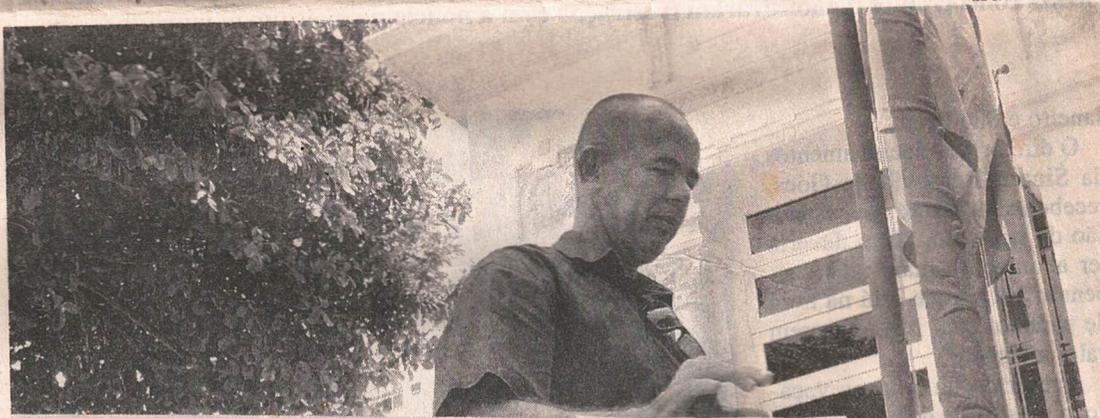
Os juízes das Varas Criminais de Salvador revelam preocupação com a greve deflagrada, anteontem, pelos defensores públicos da Bahia. Se o movimento prosseguir, muitos presos terão que ser soltos para responder em liberdade. Isso poderá ser argüido por "excesso de prazo", ou seja, tempo ilegalmente excedido pelo juiz para dar prosseguimento à ação.

A juíza Maria de Fátima Vilas Boas, titular da 3ª Vara Criminal, disse que a maioria dos processos criminais é assistida por defensores públicos e "se a greve continuar e as partes não conseguirem advogados que trabalhem sem ônus, ou elas (as partes) não concordarem em aceitar esses advogados, a situação vai complicar e vamos começar a acumular audiências".

Esta é a opinião unânime entre os magistrados ouvidos por A TARDE, que já prevêm a arguição de "excesso de prazo" se o movimento grevista não terminar em breve. "A paralisação desses dois dias já está dando problema sério porque quase todo processo tem defensor público", afirma Lígia Lima Macêdo, escritora da 5ª Vara Criminal.

O governador Paulo Souto se reuniu ontem com o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Sérgio Ferreira, para discutir quais medidas serão adotadas sobre a greve. A assessoria do governador disse, porém, que a pauta da discussão "não poderia ser ainda divulgada para a imprensa". Nenhuma audiência com o comando da greve também foi agendada.

— Enquanto isso, Edmilson Santos Costa, acusado de este-



Diariamente, integrantes do movimento grevista levam protesto para a porta da sede

Vara Criminal e estava bastante preocupado. "Com a greve não sei o que faço, mas vou falar com o juiz que só aceito ser ouvido com ele (defensor)", argumentou, na sala de espera. A costureira Raimunda Vieira Sacramento estava com o mesmo dilema para dar prosseguimento à ação que o filho responde por assalto.

"O advogado público não pôde vir comigo porque está de greve. Vou ver se o pessoal aí do cartório me ajuda", comentou a costureira. O setor de atendimento da Defensoria Pública, que funciona no subsolo do Fórum Ruy Barbosa, registra uma

Justiça, mas torná-la ainda mais morosa com o não-andamento dos processos já instaurados.

URGÊNCIA — A Defensoria Pública só está atendendo os casos de urgência - *habeas corpus*, busca e apreensão de menor, medidas cautelares (liminares) e justificação de execução de alimentos (urgência no pagamento de pensão). Laura Fabíola Amaral Fagury, presidente em exercício da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, disse que pela manhã nenhuma audiência de conciliação foi registrada no Centro de Conciliação das Varas de Família

trabalha neste horário, as conciliações foram feitas, mas nós não vamos ratificá-las quando a greve acabar", diz Laura Fabíola, referindo-se à possibilidade de nulidade desses acordos. A Defensoria Pública confirmou, ontem, que pelo menos 90% dos processos criminais da capital baiana ficarão paralisados com a greve.

"Nas varas de Família também somos responsáveis por 70% das ações e em torno de 40% da área cível", acrescentou a presidente da Associação dos Defensores Públicos. Esta é a primeira greve feita pelo órgão desde sua criação em 1985. Os defensores públicos atenderam

Faltam água, açúcar, café e segurança

Os motivos da greve dos defensores públicos vão desde a inexistência de um chefe na instituição até a falta de água, açúcar, café, segurança, salário digno, enfim, uma lista de reivindicações que precisa ser atendida pelo governo do Estado.

A nomeação do defensor-público-geral é "a exigência nú-

mero um" da classe. O cargo está vago desde 15 de janeiro. A segunda exigência é a implementação da autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública da Bahia.

A emenda 45 da Constituição Federal, promulgada em dezembro passado, deu essa autonomia a todas as defensorias do País. Mas na Bahia ainda não

foi implementada. Resultado: os defensores públicos estão com salários bem abaixo do que deveriam estar recebendo.

Eles ganham inicialmente R\$ 1 mil (mais 130% de gratificação), mas deveriam ter o mesmo salário de promotores e juizes em início de carreira (R\$ 11 mil). Os defensores exigem também "instalações dignas",

visto que não há mínima infraestrutura no órgão.

Outra exigência da categoria é a realização de concurso público para 120 novos defensores. Dos 97 defensores-públicos em atividade, 63 estão na capital e 34 cobrem outros 41 municípios. Cada defensor atende na capital um mínimo de 50 pessoas por semana. (M.S.)

sobre combate à exclusão social

Por um acordo de lideranças, a audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, para debater o papel da defensoria pública como instrumento efetivo de acesso à Justiça, foi transformada em sessão especial. Por conta de seu passado de luta, a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon Alves, transformou seu pronunciamento em uma aula de cidadania. Ao invés dos debates sobre filigranas jurídicas, ela preferiu dar seu testemunho em defesa das classes menos favorecidas, elegendo o combate à exclusão social como tema central de sua palestra.

O pronunciamento da ministra foi exatamente ao encontro do objetivo do presidente do colegiado, deputado Walimir Mota (PPS). Impossibilitado de participar da sessão porque estava em Brasília, no VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, o deputado enviou uma mensagem ao vice-presidente do colegiado, Antonio Rodrigues (PFL), que comandou os trabalhos, considerando a defensoria pública "os olhos através dos quais o cidadão comum pode enxergar o verdadeiro papel do Judiciário".

IGUALDADE

Antes de bradar contra as injustiças sociais, a ministra voltou no tempo, destacando o papel da Revolução Francesa como "marca do início de uma nova era, quando o Estado ficou obrigado a tratar todos de forma igual". Ao reconhecer que o movimento na França tornou possível a conquista dos direitos, a ministra disse que "o importante não é ter apenas o direito. O fundamental é



Héliá Barbosa, defensora pública-geral, previu o início de uma nova era num plenário cheio de deputados e defensores

dar acesso a esses direitos". Ela ressaltou que este passo só foi construído algum tempo depois com o estabelecimento do "welfare state", quando o Estado tomou parte para eliminar as diferenças entre as igualdades "formais" e as igualdades "substanciais".

Éliana Calmon fez questão, porém, de salientar que tal quadro aconteceu nos chamados países desenvolvidos, já que no Brasil "manteve-se a perversa tradição de aparelhamento do Estado para o uso e benefício de alguns apinhados". "O país continuou manso com os ricos e duro com os pobres", denunciou, acrescentando que o Poder Judiciário, até a promulgação da "Constituição Cidadã de 1988", era a imagem e semelhança do *status quo*, "chanceando tudo o que as elites queriam". Ela ressaltou que a partir desta época, no entanto, "o Poder Judiciário assumiu um



compromisso com os fundamentos da segurança jurídica e do bem-estar social".

Apesar do contundente pronunciamento, a ministra terminou de forma otimista. "Foi um prazer muito grande vir aqui, não com lições de douta, mas abrir o meu coração de cidadã brasileira e dizer que é preciso e possível fazer parar os moinhos de ventos", arrematou, sendo aplaudida de pé e demoradamente pelo plenário.

COMPROMISSO

Logo em seguida, foi a vez da defensora pública-geral da Bahia, Héliá Barbosa, que estava representando o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Sérgio Ferreira. Ela falou sobre a necessidade do fortalecimento da Defensoria Pública e pediu aos deputados "celeridade na apreciação da matéria

que vai tramitar na Assembléia concedendo autonomia para a defensoria". "Esta sessão de hoje tem um papel simbólico importante, pois marca o início de uma nova era", previu.

Todos os deputados que subiram à tribuna – Zé Neto (PT), Waldenor Pereira (PT), Pedro Alcântara (PL), Lídice da Mata (PSB), Álvaro Gomes (PCdoB), Sargento Isidório (PT) e Luiz de Deus (PFL) – comprometeram-se com a "importante causa dos defensores, acima de eventuais disputas ideológicas".

A sessão foi encerrada com um emocionado discurso da presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Teresa Cristina Ferreira. "Queremos ser parceiros do Estado em uma política pública justa, mas não queremos uma autonomia pela metade. Desejamos e lutaremos por uma autonomia ampla e completa", declarou.

Nomeação de nova defensora não encerra greve

Categoria mantém movimento até que consiga reajuste e perspectiva de ampliação do quadro de profissionais

Camila Vieira

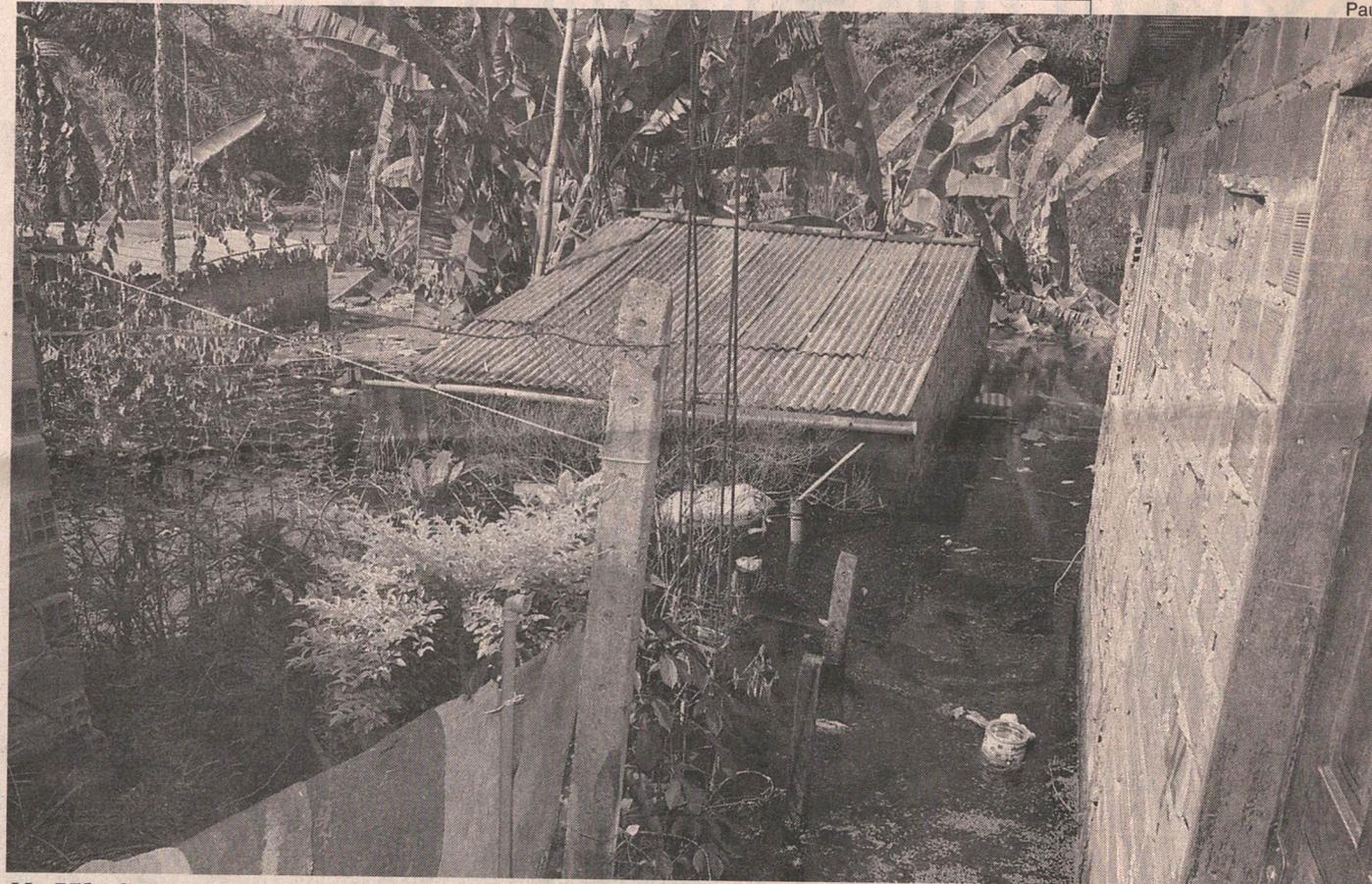
Uma das reivindicações dos defensores públicos da Bahia foi atendida. O secretário da Justiça e Direitos Humanos, Sérgio Ferreira, anunciou, ontem à tarde, no gabinete da secretaria, Centro Administrativo da Bahia, a nomeação da nova defensora pública do estado, Hélia Barbosa. Hoje, ocorre a posse no mesmo local, às 15h. Ainda assim, a categoria permanecerá em greve, considerando a melhora salarial e a realização de concursos para contratação de mais profissionais como dois itens prioritários da pauta de reivindicações para retomada ao trabalho.

Segundo o secretário, no meio deste ano haverá um concurso, oferecendo 50 novas vagas para os defensores. Hoje existem apenas 103 profissionais em todo estado, quando a necessidade é de no mínimo 400. Dos 417 municípios do interior da Bahia, apenas 50 dispõem de defensores. "Temos consciência da carência de mão-de-obra. São poucos funcionários e muito

do isso, mas vale lembrar que o governo não tem apenas defensores públicos para pagar, tem delegados, médicos e outras categorias", ressaltou.

A ex-superintendente da Secretaria de Direitos Humanos e nova defensora, Hélia Barbosa, considera precoce e irresponsável a ideia de anunciar um novo teto salarial, mas acredita que o diálogo com a categoria vai resultar na retomada das atividades. "Já recebi algumas ligações dos líderes da categoria, a situação é amistosa. Logo tudo voltará à normalidade", garantiu.

Desafio - A defensora não se sente afrontada por assumir o cargo em um momento de paralisação da categoria. "A missão é sublime, mas desafiadora. Sou defensora pública de paixão. A minha vontade é de contribuir, quero o melhor para a instituição. Só não podemos esquecer que nós defensores trabalhamos para fazer levar à população o acesso à Justiça e tenho certeza que, com o canal de negociação aberto, a população logo terá os serviços e não sofrerá prejuízos", prometeu.



Na Vila São Francisco, as casas permanecem debaixo d'água apesar da estiagem

ENCOSTAS

Faculdade Dois

trabalho. Adoraríamos atender a toda parcela que necessita dos novos serviços, mas temos dificuldades orçamentárias. Talvez o número aumente ainda mais com a nomeação de mais defensores”, revelou Ferreira.

Com relação ao aumento do piso salarial, nenhuma promessa. O secretário informou que ano passado os servidores públicos receberam um aumento de 5% e os defensores tiveram um percentual de 10% a mais. “Não podemos prometer o que não temos condições de pagar. Provavelmente sairá algum aumento. Estaremos buscan-

Hoje a Defensoria Pública trabalha em parceria com a Ordem dos Advogados da Bahia (OAB-BA), que disponibiliza advogados para atender gratuitamente nas cidades onde não existem defensores. Em Salvador, existem postos da Defensoria, na Universidade Federal da Bahia, no Canela, Faculdade Jorge Amado, na Avenida Paralela, Faculdade Integradas da Bahia (FIB), no Costa Azul, Unime, em Lauro de Freitas, nos Serviços de Atendimento ao Cidadão (SAC), do Iguatemi e Liberdade, além de postos nos bairros de Narandiba e Musurunga.

Evandro Macedo



Hélia Barbosa disse que relação com a classe é amistosa

LIXO

Programa Agentes Voluntários

Possibilidade de chuva ainda causa apreensão

Katherine Funke

A possibilidade de chover forte de novo e ver sua casa desabar não sai da cabeça da desempregada Cícera Gonçalves Viana, moradora da Rua Ceará, em Alto de Coutos. No local, um extenso plástico preto foi colocado pelo marido para evitar o deslizamento do barranco que fica em frente a sua casa. Nas fortes chuvas de janeiro, a terra cedeu e a ponte do córrego desabou. Diante do perigo, Cícera sente que o plástico não garante segurança. “Se chover de novo, não sei se agüenta”, diz.

A vizinha Wilza Santos já se mudou. Depois de passar uns dias na casa de Cícera com os dois filhos, foi morar de aluguel em Paripe. Sua casa de alvenaria apresenta rachaduras e a varanda está com piso afundado. A construção fica em cima do córrego cujas margens formam o barranco em processo de deslizamento.

“A casa dela está para despencar. Eu entro aqui com medo”, conta Cícera, que ficou com a chave do lar da vizinha para usar, caso aparecesse alguém da prefeitura para ajudar as famílias a resolver o problema. Mas até agora, ninguém apareceu. A Superintendência de Manutenção da Cidade (Sumac) informa que o caso é da competência da Superintendência de Manutenção da Capital (Surcap).

Desproteção - Como Cícera, milhares de moradores de áreas carentes da cidade continuam a sentir o mesmo clima de desproteção e espera por ajuda pública. Esse sentimento atinge, por exemplo, os cerca de cinco mil moradores da área de invasão localizada próximo à Rua Amazonas de Baixo, no Cabula. Atingidos seriamente pelas chuvas, eles foram à prefeitura para pedir melhor estrutura de coleta da água que estaria descendo das ruas Silveira Martins e Edgar Santos.

Segundo representantes da associação de moradores local, técnicos da prefeitura teriam pedido um pouco de tempo para que se realizem estudos da área. “Estamos aguardando”, avisa a funcionária pública Angélica Gomes, enquanto mostra um álbum de fotos do alagamento que atingiu sua casa e da vizinhança. Outro problema da área era a falta de coleta de lixo. Durante dois meses, não houve recolhimento do material. Com as chuvas, o lixo desceu e destruiu a casa de um morador.

Além de conviver com o risco de novos alagamentos, os moradores da invasão querem que se melhorem os acessos ao local. A Rua Amazonas de Baixo, estreita, não comporta a passagem de caminhões de entrega ou coleta, por exemplo. Mas a pior situação é a do acesso localizado próximo ao 19º Batalhão de Caçadores. A ladeira serve apenas para passagem de pedestres.

Casas permanecem submersas

Continuam submersas as quase 70 casas atingidas pela água das chuvas de janeiro na Vila São Francisco. no

alguns dias, informou a Sedes. Ao todo, 457 famílias que ficaram desabrigadas em janeiro já recebem ou devem

riçocas, ratos e cobras também irritam os moradores. A desempregada Jamile Ferreira dos Santos, 31 anos, diz

Julho volta a conceder bolsas do P

Depois de muita pressão dos estudantes, a Faculdade Dois de Julho (FDJ) finalmente se dispôs, ontem, a conceder bolsas para os candidatos selecionados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Anteontem, dezenas de alunos acusavam a instituição de negar, sem justificativa, a continuidade de seu acesso às aulas. A maioria dos alunos que escolheu o curso de administração teria passado a frequência no dia 23 de janeiro, sendo posteriormente excluídos da lista de beneficiários das bolsas internacionais por conta de uma seleção, mesmo tendo já passado a matrícula. A faculdade acusada ainda de adotar critérios desconhecidos na escolha dos beneficiários das bolsas oferecidas para o curso. A diretoria nega que tenha efetuado tais matrículas, mas que escolheu os bolsistas pela pontuação no Exame Nacional de Cursos (Encceja) após dois meses de negociação, o processo foi solucionado.

José Martins da Residência, 24 anos, trabalha no critério de contabilidade em São Paulo. Seu filho, João, 16 anos, mora em Manaus. O curso de administração é da 3ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio em escola pública, assim como os quatro irmãos. Sua

Cliente: ADEP - Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia

Veículo: A Tarde

Data: 12.06.05 (domingo)

Caderno: Empregos & Mercado

Coluna/página: 08

Defensor público deve garantir justiça social

Profissionais como Jânio Néri dão apoio jurídico gratuito à população carente

VÍTOR ROCHA
A TARDE ON LINE

É impensável dissociar a vida pessoal de Jânio Cândido Simões Néri do dever profissional de atender às necessidades jurídicas das pessoas mais necessitadas e sem condições de pagar a um advogado para ter seus direitos garantidos. Defensor público há 20 anos ininterruptos, Néri foi o primeiro chefe da Defensoria Pública do Estado eleito pelo voto direto dos colegas, decisão respeitada e ratificada em 2003 pelo então governador Otto Alencar. Amante do direito, Néri é capaz de falar durante horas sobre a profissão, com orgulho de quem considera sua atividade como imprescindível para a realização da justiça social.

“Sou completamente realizado com minha profissão. Agreguei minha vida a uma causa social para assegurar às pessoas o acesso à Justiça e, com isso, combater a violência”, fala, orgulhoso. O defensor público é funcionário do Estado concursado e tem a função de garantir o suporte jurídico gratuito para todos os cidadãos financeiramente incapazes de arcar com os custos de um advogado particular. A Bahia tem 97 defensores em atividade atualmente.

Na avaliação de Néri, não existe Justiça sem a atuação da Defensoria Pública, que deve gozar de autonomia em relação aos governadores. “Somos submetidos ao Estado e não aos governos, até porque temos a obrigação de representar muitas vezes contra eles, se um cidadão assim necessitar”, frisa. Como defensor-geral durante dois anos (2003-2005), Néri lutou principalmente pela independência administrativa, financeira e orçamentária da instituição em relação ao Estado.

Ele lamenta não ter conseguido aumento de salário para a categoria quando defensor-geral, mas argumenta que não foi por falta de esforços. Para ele, a melhor forma de a carreira chegar a melhores condições trabalhistas é através da sua autonomia, conquistada através da legislação fe-



FERNANDO AMORIM

“Somos submetidos ao Estado e não a governos”, diz Néri

deral. No entanto, ele mesmo admite que a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos ainda exerce poder de decisão sobre o órgão.

DESCENTRALIZAÇÃO – Outra medida importante tomada por Néri à frente da Defensoria foi descentralizar o atendimento direto à população e fazer com que a instituição chegasse a locais periféricos e espalhados de Salvador. Por meio de convênios, postos foram instalados nas faculdades de direito da Universidade Federal da Bahia (Graça), Integrada da Bahia (FIB-Stiep), Jorge Amado (Paralela) e Ruy Barbosa (Rio Vermelho). Todos localizados próximos de comunidades carentes.

Baseado em um diagnóstico que diz que 60% da demanda diária da população está concentrada em cinco tipos de ações (pensão alimentícia, ações de tutela, interdição, anulação de registro e alteração/retificação de nome), Néri criou a Central de Ações Rápidas, localizada na sede da De-

fensoria, no Canela. O intuito foi responder de forma sistemática e especializada às necessidades mais frequentes dos usuários dos serviços jurídicos públicos. “Com a Central, diminuímos muito as filas nos postos e otimizamos o atendimento”, lembra.

CASA DE PASSAGEM – A principal motivação de Jânio na profissão é o desejo de justiça, pois, para ele, o retorno financeiro é incompatível com as responsabilidades do defensor. Com todas as etapas da carreira alcançada depois de 20 anos de serviço, sobra apenas R\$ 3,6 mil do salário depois de descontados os impostos. Pouco para a exclusividade da profissão. “Em função dos baixos salários, a Defensoria se tornou uma casa de passagem. O profissional chega aqui, adquire experiência nos diversos campos do direito e parte para um escritório de advocacia, onde chega a ganhar o triplo”, lamenta.

Formado em direito em 1982 pela Universidade Católica do

Salvador (Ucsal), Jânio Néri fez especialização em ciências penais pela Ufba e pretende fazer doutorado em direitos humanos, área na qual atua na Defensoria.

O cidadão que se sentir lesado judicialmente e não tiver condições de arcar com as custas processuais e um advogado particular deve procurar a sede da Defensoria Pública, entidade que funciona como um grande escritório de advocacia, prestando atendimento em praticamente todo o ramo do direito.

A sede da Defensoria, no Canela, funciona de segunda a sexta-feira, das 7 às 13 horas. Já os postos localizados nas faculdades funcionam no turno matutino. Além desses locais, a Defensoria mantém profissionais no Juizado de Defesa do Consumidor, nos fóruns Ruy Barbosa e Desembargador Carlos Couto, Auditoria Militar do Estado da Bahia, Corregedoria da Polícia Militar, estabelecimentos penais, vara de execuções penais e vara de execuções de penas alternativas.

DEFENSORIA PÚBLICA

SEDE PRINCIPAL

(Rua Pedro Lessa, s/n - Canela).
Tel. (71) 3336-5507/2073

POSTOS

- **Faculdade de Direito da Ufba** (Rua da Paz, s/n, Graça)
- **Faculdade Ruy Barbosa** (Rua Theodomiro Batista, 422, Rio Vermelho). Tel. (71) 3205-1700
- **Faculdade Integrada da Bahia** (Rua Xingu, 179, Stiep). Tel. (71) 2107-8100
- **Faculdades Jorge Amado** (Av. Luis Viana Filho, 6.775, Paralela). Tel. (71) 3206-8096
- **SAC Liberdade** (Rua Lima e Silva, Shopping Liberdade). Tel. (71) 3243-5420
- **CSU Mussurunga** (Setor E, Rua I, Mussurunga). Tel. (71) 3376-3176
- **CSU Naranitiba** (Av. Edgar Santos, 611). Tel. (71) 3230-086



RELATOR: DEP. HUMBERTO CEDRAZ

PRESIDENTE: DEP. CLOVIS FERRAZ
PARECER: Pela aprovação,
por decisão de sua aposentadoria.

DIÁRIO OFICIAL



LEGISLATIVO 3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA

Salvador • Sexta-feira
29 de abril de 2005
Ano LXXXIX • Nº 18.827

1



Eliana Calmon deu uma aula de cidadania ao falar sobre o papel da defensoria pública na sessão especial da Comissão de Direitos Humanos, sob a presidência de Antonio Rodrigues

Ministra do STJ dá testemunho